

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

MARIANA ARAÚJO DE CASTRO

ALÉM DOS MUROS:
Um olhar sobre as vivências no asilo Dr. Carlos Romeiro

Produto Jornalístico

Mariana
2018

MARIANA ARAÚJO DE CASTRO

ALÉM DOS MUROS:

Um olhar sobre as vivências no asilo Dr. Carlos Romeiro

Memorial descritivo de produto jornalístico apresentado ao curso Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, durante a disciplina Projeto Experimental II, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. André Luís Carvalho

Mariana

2018

C355a Castro, Mariana Araújo de.
Além dos muros [manuscrito]: um olhar sobre as vivências no asilo Dr. Carlos Romeiro / Mariana Araújo de Castro. - 2018.

71f.: il.: color; Fotografias.

Orientador: Prof. MSc. André Luís Carvalho.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Idosos - Assistência em instituições. 2. Asilo Dr. Carlos Romeiro (Conselheiro Lafaiete, MG). 3. Fotografia. 4. Fotografia - Técnicas digitais. 5. Comunicação de massa e integração social. I. Carvalho, André Luís. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 77.044

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br

Mariana Araújo de Castro

Curso de Jornalismo – UFOP

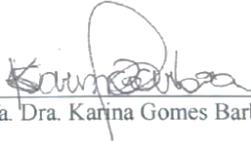
Além dos Muros: Um olhar sobre as vivências no asilo Dr. Carlos Romeiro

Trabalho apresentado ao Curso de Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob orientação do Prof. Me. André Luís Carvalho

Banca Examinadora:



Prof. Me. André Luís Carvalho (orientador)



Profa. Dra. Karina Gomes Barbosa



Prof. Dr. Flávio Pinto Valle

Mariana, 19 de dezembro de 2018.

Dedico este trabalho a todos os idosos do asilo Dr. Carlos Romeiro.

AGRADECIMENTOS

A Deus por sempre guiar meus passos.

A minha família pelo apoio e amor incondicionais.

Ao meu namorado, Rafael, pelo carinho, companheirismo e palavras de motivação.

Aos idosos do asilo Dr. Carlos Romeiro por me proporcionarem uma grande experiência de vida e aprendizado.

Ao meu orientador, André Luís Carvalho, por todo o suporte, paciência e incentivo a ir sempre em frente, especialmente nos momentos de desânimo e frente às inúmeras dificuldades enfrentadas para que esse projeto pudesse ser concluído. Obrigada por acreditar do início ao fim.

À professora Carol, cuja contribuição em minha caminhada pelo campo da fotografia foi muito importante, não só por ter me concedido a oportunidade de participar de um projeto de iniciação científica na área, mas também por proporcionar valiosas reuniões do grupo de pesquisa, onde aprendi e me interessei ainda mais pela fotografia.

À universidade pelas diversas oportunidades de crescimento pessoal e intelectual.

À direção do asilo Dr. Carlos Romeiro por permitir que esse trabalho pudesse ser desenvolvido.

“A idade não é decisiva; o que é decisivo é a inflexibilidade em ver as realidades da vida, e a capacidade de enfrentar essas realidades e corresponder a elas interiormente.”

(Max Weber)

RESUMO

Além dos Muros é um fotolivro digital que retrata as vivências no asilo Dr. Carlos Romeiro, uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) localizada na cidade de Conselheiro Lafaiete, interior de Minas Gerais. O trabalho busca trazer um olhar reflexivo, sensível, poético e humanizado sobre o espaço, o cotidiano e a identidade dos idosos que residem na entidade. Com um total de 68 páginas e 34 fotografias, o fotolivro mostra que, além dos muros do asilo, é possível encontrar histórias, personagens e vivências singulares que encantam, nos lembrando que esse tipo de instituição não se resume aos aspectos negativos e preconceitos historicamente impostos a ela.

Palavras-chave: Instituições de Longa Permanência para Idosos; asilo Dr. Carlos Romeiro; fotografia; fotolivro digital; comunicação social;

ABSTRACT

Beyond the Walls is a digital photobook that portrays the experiences in the asylum Dr. Carlos Romeiro, a Long-Term Care Institution for the Elderly (ILPI) located in the city of Conselheiro Lafaiete, in the interior of Minas Gerais. The work seeks to bring a reflective, sensitive, poetic and humanized look on the daily life, space and identity of the elderly living in the entity. With a total of 68 pages and 34 photos, the book, by showing that, besides the walls of the asylum, is possible to find stories, characters and experiences that enchant, reminding us that this type of institution does not boil down to the negative aspects and prejudices historically imposed upon it.

Keywords: Long-Term Care Institution for the Elderly; asylum Dr. Carlos Romeiro; photography; digital photobook; social communication;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. SER IDOSO NO BRASIL.....	09
3. AS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPIs).....	14
3.1 A vivências nas ILPIs	17
3.2 O perfil das ILPIs	25
4. O ASILO DR. CARLOS ROMEIRO	28
4.1 A instituição	28
4.2 O espaço.....	31
4.3 O cotidiano	32
5. SOBRE FOTOGRAFIA	37
5.1 A fotografia: um documento dotado de expressão.....	37
5.2 A ética na imagem	39
5.2.1 A experiência ética no trabalho de campo	44
5.3 O ensaio fotográfico e o fotolivro: uma aproximação	47
6. A CONSTRUÇÃO DO FOTOLIVRO DIGITAL	51
6.1 O processo de captação, edição e tratamento de imagens.....	51
6.2 O projeto gráfico.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	65

1. INTRODUÇÃO

Gosto de afirmar que esse trabalho é fruto de sucessivos encontros. Daqueles que marcam e permanecem eternizados na trajetória de vida. O primeiro foi com a fotografia, que nas aulas de fotojornalismo, descobri ser a minha verdadeira paixão profissional, até então desconhecida. O segundo foi com os idosos do asilo Dr. Carlos Romeiro, com quem criei profundos laços de afeto e aprendi um pouco mais sobre a vida. Vida que ganha novos significados após todas as experiências que tive a oportunidade de vivenciar com a realização desse trabalho.

Tudo se iniciou a partir da curiosidade jornalística e da vontade de concluir um projeto inacabado. Eu já conhecia o asilo Dr. Carlos Romeiro - meu objeto de pesquisa -, em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais. Coincidentemente, fui à instituição pela primeira vez para realizar um ensaio fotográfico para a disciplina de fotojornalismo. Fiz algumas fotografias, mas devido a problemas com a câmera, não consegui concluir o trabalho. O pouquinho que pude conhecer sobre o asilo e os idosos havia despertado a minha curiosidade e o meu afeto, o suficiente para que eu voltasse mais uma vez e terminasse o que há quatro anos atrás havia começado.

Além da conexão e afeição pelo objeto de pesquisa, a escolha por esse tema também surgiu a partir da necessidade de colocá-lo em pauta, tendo em vista sua relevância ao contexto em que estamos atravessando. Considerando o acelerado crescimento da população idosa no Brasil¹, torna-se imprescindível refletir sobre a situação das modalidades de assistência a essa população. Apesar de me ater apenas à questão dos asilos, atualmente denominados Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), esta é somente uma parte de um fenômeno demográfico de enorme proporção e complexidade, que demanda urgentemente uma revisão da atual estrutura social, econômica e política vigentes, a meu ver, ainda bastante despreparada para enfrentar e suportar o rápido envelhecimento populacional já em curso. Entretanto, para que isso ocorra, primeiramente é preciso modificar a visão cultural e simbólica que temos da velhice, como uma fase negativa, associada à incapacidade nas diversas esferas da vida. É preciso criar um modelo social incluyente e efetivo, que valorize verdadeiramente os idosos e os estimule a possuírem uma velhice ativa, criando condições para que vivenciem esta etapa de forma mais agradável, saudável e amparada.

¹ Em 2010, o número de idosos no país era de 19,6 milhões. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a projeção para 2050 é que esse número atinja a faixa de 66,5 milhões (IBGE, 2016).

Para esse projeto, proponho um fotolivro sensível e poético sobre as vivências que despontam no cotidiano dos idosos do asilo. Historicamente, essas instituições são lugares marcados por diversos preconceitos, relegados à própria sorte e marginalizados perante a sociedade. Diante dessa realidade, essa produção se constrói e se justifica no sentido de convidar as pessoas a olharem mais atentamente à causa dos idosos asilados, através da humanização do dia-a-dia deles por meio da fotografia e para além dos estigmas sociais. O memorial se divide em seis capítulos. O primeiro traz, através de uma série de pesquisas, um breve panorama sobre a situação dos idosos em nosso país no que se refere à qualidade de vida. O segundo discute a origem histórica dos asilos, o perfil dessas instituições e as vivências que se dão no cotidiano desses locais. O terceiro trata do funcionamento do asilo Dr. Carlos Romeiro e o dia-a-dia dos idosos, tomando como referência as reflexões colocadas no capítulo anterior e minhas visitas ao local. O quinto, primeiramente discute a fotografia buscando traçar suas características mais importantes: seu aspecto documental e, sobretudo, expressivo. Em seguida, inicia-se uma reflexão sobre a ética fotográfica, buscando discernir posturas adequadas e inadequadas no campo das imagens. Posteriormente a isso, empreende-se uma análise da ética na prática, em que faço relatos sobre questões dessa natureza que me ocorreram durante o trabalho de campo. Sequencialmente, explico o conceito de ensaio fotográfico e fotolivro a fim de pontuar as especificidades do tipo de produto jornalístico produzido por esse trabalho. Por último, no sexto capítulo, descrevo o processo de construção do fotolivro, desde a captação, seleção e tratamento das imagens, até a concepção do projeto gráfico.

Enquanto conhecimento científico, esse trabalho assume um compromisso em investigar e se aproximar da realidade, sem esquecer que, enquanto produção jornalística e fotográfica, firma um compromisso com um real mediado, subjetivo, pleno de significados e intenções. Como Kossoy (2009) assertivamente coloca, a fotografia se configura como “uma realidade moldável em sua produção, fluida em sua recepção, plena de verdades explícitas (análogas, sua realidade exterior) e de segredos implícitos (sua história particular, sua realidade interior), documental porém, imaginária” (p.48). E é ancorado nessas palavras de Kossoy que me propus a realizar este projeto de conclusão de curso.

2. SER IDOSO NO BRASIL

De acordo com a Política Nacional do Idoso (PNI), Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, e a quinta edição do Estatuto do Idoso, de 2017, referente à Lei nº 10.741, promulgada em 1º de outubro de 2003, define-se como pessoa idosa aquela de 60 anos ou mais. Perante a legislação brasileira, os idosos se constituem como um grupo social vulnerável, por este motivo, são amparados por leis específicas de proteção e assistência. Nesse sentido, o Estatuto do Idoso se constitui como um marco à garantia jurídica dos direitos dos idosos.² Destaca-se aqui três artigos da seção “disposições preliminares” que traduzem a essência do documento:

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei. (ESTATUTO DO IDOSO, 2017, p.8)

Os direitos conferidos aos idosos possuem o propósito de possibilitar que esse grupo envelheça com qualidade de vida. No entanto, apesar do país instituir várias leis de proteção e de assistência a essa população, ainda há um longo caminho a ser trilhado para que o Brasil seja um lugar ideal para os idosos viverem. É inegável que os progressos legais, apesar de serem recentes³, constituem um avanço em direção à conquista de direitos, no entanto, verifica-se que ainda há uma grande distância entre a legislação e a realidade, como demonstram algumas pesquisas. Nesse sentido, propõe-se, a partir desse momento, fazer uma breve análise sobre a qualidade de vida dos idosos no Brasil.

Em 2015, a organização HelpAge International, em parceria com a Universidade Southampton nos EUA, montou um ranking dos melhores países para idosos viverem. Dentre os 96 participantes da pesquisa, o Brasil ocupou a 56ª posição na classificação geral

² Antes da criação do Estatuto do Idoso, já haviam leis que previam alguns direitos aos idosos, presentes por exemplo, na Constituição Federal de 1988 e na Política Nacional do Idoso (PNI), de 1994 (CAMARANO; PASINATO, 2004). Porém, o Estatuto do Idoso se constitui como um marco, por ampliar, reconhecer, especificar e reunir todos os direitos referentes às pessoas de 60 anos ou mais (PEREIRA, 2016).

³ A maioria das políticas públicas para idosos surgiram a partir dos últimos 45 anos (em relação ao ano de 2017), aproximadamente.

(HELPAGE INTERNATIONAL, 2015). Entre os países da América Latina, ele ficou atrás do Panamá (20°), Chile (21°), Uruguai (27°), Costa Rica (28°), Argentina (31°), México (33°), Colômbia (36°), Equador (44°), Peru (48°), El Salvador (54°) e Bolívia (55°) (G1, 2015), sendo que os últimos cinco países dessa lista, em 2015, possuíam Índice de Desenvolvimento Humano⁴ (IDH) menor que o do Brasil - Colômbia (0,720); Equador (0,7320); Peru (0,734); El Salvador (0,666); Bolívia (0,662); Brasil (0,755) (ESTADÃO, 2015).

Quatro quesitos foram avaliados nesse estudo, são eles: renda (cobertura previdenciária e índice de pobreza na população idosa), saúde (expectativa de vida, bem-estar psicológico), capacitação (emprego e grau de instrução) e ambiente favorável para se viver (segurança física, liberdade cívica, manutenção de relações sociais, acesso aos transportes públicos) (HELPAGE INTERNATIONAL, 2015).

No que se refere à renda, o Brasil teve um ótimo desempenho, ocupando a 13ª colocação. O levantamento apontou que a cobertura previdenciária chegava a atender a 86,3% da população com mais de 65 anos. Além disso, a taxa de pobreza na velhice entre as pessoas acima de 60 anos era de apenas 8,8%, perdendo apenas para o Uruguai (8,3%), quando comparado a outros países da América Latina. (HELPAGE INTERNATIONAL, 2015).

No quesito saúde, o país conquistou o 43º lugar (HELPAGE INTERNATIONAL, 2015). Em relação ao bem-estar psicológico/mental, 95,9% das pessoas acima de cinquenta anos declararam sentir que a vida possuía sentido (HELPAGE INTERNATIONAL, 2015). Além disso, a esperança de vida estimada pela pesquisa foi de 81 anos e a esperança de vida saudável, isto é, média do número de anos que se espera viver com saúde, foi de 76,1 anos (HELPAGE INTERNATIONAL, 2015). Apesar dos índices terem sido bons, o Brasil ficou em penúltimo lugar entre os países da América Latina, ultrapassando apenas a Bolívia.

No item capacitação, o país ficou na 58ª colocação (HELPAGE INTERNATIONAL, 2015). Das pessoas acima de sessenta anos, somente 26,6% tinham ensino secundário ou superior e 53,3% da população na faixa dos 55-64 anos estavam empregadas (HELPAGE INTERNATIONAL, 2015).

Já na categoria ambiente favorável para se viver, o país ocupou a 87ª posição (HELPAGE INTERNATIONAL, 2015). Nesse item, o público-alvo foi a população acima de

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o intuito de avaliar a qualidade de vida da população residente em um país no que se refere à renda, educação e saúde. Ele é medido por quatro itens: PIB per capita, expectativa de vida, taxa de alfabetização de adultos e taxa de escolarização da população. O índice varia de zero a um, sendo que os países com IDH até 0,499 são considerados como lugares em que o desenvolvimento humano é baixo, entre 0,500 e 0,799, médio e acima de 0,800, alto. (PENA, 2017)

cinquenta anos (HELPAGE INTERNATIONAL, 2015). Ficou constatado que 87% tinham parentes ou amigos em quem podiam contar quando estavam com problemas, 81% sentiam-se satisfeitos em relação à própria liberdade cívica, 45% diziam-se contentes com o transporte público e apenas 28% sentiam-se seguros em andar só, à noite, pela cidade e pelas ruas da região onde moram (HELPAGE INTERNATIONAL, 2015).

O baixo desempenho nesta categoria, entretanto, também se deve ao grande número de denúncias de violência contra idosos, registrados pelo Disque Direitos Humanos, em 2015 (HELPAGE INTERNATIONAL, 2015). Ao total, foram 32.238 ocorrências, sendo 39% por negligência, 26,13% por violência psicológica, 20,02% por abuso financeiro/violência patrimonial, 13,79% por violência física e 1,06% por outras violações (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2015). Constatou-se também que em 61% dos casos, as vítimas são idosas e em 30%, idosos (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2015). A maior incidência de denúncias (36%) foi registrada na faixa etária de 71 a 80 anos, seguido de 61 a 70 anos (33%), 81 a 90 anos (25%) e 91 anos ou mais (6%) (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2015). Em 33% das ocorrências, a vítima era branca, 23% parda, 8% preta e 36% constam como “não informado” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2015). Os estados em que houve maior número de violações contra idosos foram São Paulo, seguido do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2015).

Ainda sobre a qualidade de vida dos idosos no Brasil, destaca-se a publicação do IBGE, “Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira”, edição de 2016. O documento reúne dados de diferentes estudos desenvolvidos pelo IBGE e por outros órgãos públicos, como os Ministérios da Saúde, da Educação e do Trabalho, realizados no período de 2010 a 2015. De acordo com ele, em 2013, dos 26.407.831 idosos vivendo em domicílio particular, 29,7% não possuíam acesso simultâneo a água por rede geral, esgotamento por rede geral ou fossa séptica e lixo coletado (IBGE, 2016). Em 2010, verificou-se as condições de acessibilidade do entorno dos domicílios em que residiam idosos. Foi constatado que 93,8% do contingente dessa população morava em domicílios que não possuíam rampas em seu entorno, 24,2% residia em moradias sem calçadas ao redor e 13,6% em domicílios com ausência pavimentação em suas proximidades (IBGE, 2016).

Em relação aos serviços de saúde⁵, em 2013, 96,6% dos idosos que procuraram atendimento dessa natureza conseguiram ser atendidos na primeira vez que tentaram; 82,6% conseguiram obter todos os medicamentos receitados no último serviço de saúde; 8,4% declararam se sentir discriminados no serviço de saúde (IBGE, 2016). Dos 26.407.831 idosos residentes em domicílio particular em 2013, 68% não possuíam plano de saúde médico ou odontológico (IBGE, 2016).

No que se refere ao acesso à alimentação, em 2013, 2,6% da população idosa residente em domicílio particular atestou passar por insegurança alimentar grave, 4,2% por insegurança alimentar moderada, 11,7% por insegurança alimentar leve e 81,5% possuíam segurança alimentar⁶ (IBGE, 2016).

Em 2015, da população economicamente ativa⁷ (104,2 milhões), 24,2 milhões possuíam 50 anos ou mais (IBGE, 2016). Das 54 milhões de pessoas não economicamente ativas, 29 milhões tinham 50 anos ou mais (IBGE, 2016). Nesse mesmo ano, a taxa de ocupação⁸ dos idosos representava 26,3% (IBGE, 2016). Da população de 60 anos ou mais ocupada, 53,8% recebia aposentadoria (IBGE, 2016). Os idosos eram o grupo etário com menor escolaridade entre a população ocupada, já que, de 15 a 29 anos de idade, a média de anos de estudo era de 10,1, entre as de 30 a 59 anos, 8,9, e entre as pessoas de 60 anos ou mais, 5,7 (IBGE, 2016). Dos idosos inseridos no mercado de trabalho, 65,5% possuíam como nível de instrução mais elevado o ensino fundamental (ou equivalente) incompleto, o que reflete na ocupação de postos de trabalho que exigem menor qualificação (IBGE, 2016). Destaca-se também a alta proporção de pessoas analfabetas de 55 anos ou mais. Em 2015, o percentual foi de 60,5%, ou seja, os mais velhos passaram a ser a maioria da população total de analfabetos (IBGE, 2016).

Como veremos mais adiante, o Brasil passa por uma rápida mudança demográfica, na qual verifica-se o expressivo aumento do contingente de idosos nos últimos anos, somado a quedas na taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida. Nesse contexto, grandes

⁵ A pesquisa não menciona se é serviço público ou privado.

⁶ O acesso aos alimentos é medido pela percepção das famílias, através de quatro categorias propostas pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, desenvolvida pelo IBGE, são elas: Segurança Alimentar, que é o “acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente” (IBGE, 2016, p.39); Insegurança Alimentar Leve, que é a “preocupação ou incerteza quanto à disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas” (IBGE, 2016, p.39); Insegurança Alimentar Moderada, que é a “redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos” (IBGE, 2016, p.39); Insegurança Alimentar Grave, que é a “redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; fome” (IBGE, 2016, p.39).

⁷ População economicamente ativa é o potencial de mão-de-obra para o setor produtivo, isto é, a população ocupada e desocupada, segundo o IBGE.

⁸ De acordo com o IBGE, é o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência.

desafios à gestão pública estão por vir, visto que esse evento demográfico altera toda a dinâmica social. É preciso que o governo institua novas políticas públicas de forma ágil, a fim de tentar minimizar os efeitos causados pelo processo de envelhecimento populacional já em curso. Isso se torna essencial e constitui uma prioridade, posto que os impactos causados por esse fenômeno já são sentidos pela população nos dias de hoje, como a polêmica questão do *déficit* na Previdência Social, por exemplo. Os próximos anos serão decisivos para o curso do país e principalmente da população no que diz respeito à qualidade de vida desse grupo.

3. AS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPIs)

Segundo Filizzola (1972), o primeiro asilo destinado a velhos⁹ no Brasil foi fundado em 1794. Ao chegar ao Rio de Janeiro para se tornar o 5º vice-rei, em 1790, o Conde de Rezende ordenou a construção da Casa dos Inválidos na cidade, destinada a acolher os soldados em idade avançada, vindos de Portugal para a campanha de 1762 (Guerra Fantástica), que se encontravam cansados do trabalho e que pelos seus serviços, mereciam uma “descansada velhice”. A construção do asilo foi inspirada no Hotel dos Inválidos (concretizado por Luís XIV), em Paris, destinado aos heróis das campanhas¹⁰ francesas,

Em 1808, com a vinda da corte real para o Brasil, D. João VI transformou a Casa dos Inválidos na residência de seu médico particular, pondo fim ao funcionamento do local como asilo. Os soldados que moravam na instituição foram transferidos para a Casa de Santa Misericórdia. De acordo com Lima (2005), citado por Costa e Mercadante (2013), “No que se refere à Casa de Santa Misericórdia, sabe-se que foram os serviços de hospitalização da época colonial. Fundadas e administradas por irmandades de leigos ou eclesiásticos (origem privada), exerciam uma atividade assistencial [...]” (p.26).

Somente em 1868, através dos esforços do Conde de Tocantins, irmão mais novo de Duque de Caxias, consolidou-se a segunda iniciativa de fundar um asilo: A Casa dos Inválidos da Pátria, destinada aos soldados que almejavam uma velhice tranquila, mas principalmente, a qualquer soldado que se invalidasse em campanha ou em serviço (FILIZZOLA, 1972). A instituição foi construída na Ilha de Bom Jesus, ao lado da Ilha de Sapucaia, no Rio de Janeiro, local em que desaguava o esgoto e se depositava o lixo da cidade, produzindo mau-cheiro e ocasionando vários outros transtornos aos internos, o que anos depois, provocou o fechamento do local (FILIZZOLA, 1972).

Segundo Rodrigues (2007), há um questionamento proposto ao se analisar a obra de Filizzola: essas duas instituições poderiam ser realmente consideradas asilos para idosos? Seriam essas iniciativas uma preocupação com a situação da população mais velha? Na Casa dos Inválidos da Pátria, o critério para o abrigo era a invalidez e não a velhice exclusivamente, havendo portanto, soldados que não estavam em idade avançada. Nesse

⁹ O termo “velhos” é utilizado pelo autor. Vale destacar que se trata de um trabalho de 1972, anterior a muitas das questões levantadas por esse memorial.

¹⁰ Segundo o dicionário Michaelis, campanha é uma “Série de operações militares levadas a efeito, em um certo local e em tempo determinado, comumente empreendidas em períodos de guerra; expedição militar.”

sentido, não se considera obrigatoriamente o local como uma instituição especificamente voltada ao amparo da velhice. Soma-se a isso o fato de que os dois casos aqui apontados (Casa dos Inválidos e a Casa dos Inválidos da Pátria) são ocorrências peculiares, já que se restringiam apenas à classe dos soldados, isto é, era um interesse no bem-estar do indivíduo “soldado” e não do indivíduo “idoso” (RODRIGUES, 2007).

Porém, se inexistiam instituições próprias para amparar a velhice, quem oferecia apoio aos idosos que necessitavam de assistência? Onde se encontravam esses idosos? De acordo com Escorsim (2008), antes do aparecimento dos espaços institucionalizados¹¹, o assistencialismo era uma prática fortemente vinculada à religião cristã e principalmente à Igreja Católica. O amparo às classes sociais desfavorecidas ficava por conta das entidades religiosas que, sob a ótica da caridade, buscavam acolher pessoas nas mais distintas condições, como idosos, crianças órfãs, doentes mentais, etc. Nas palavras de Groisman (1999): “Naquele momento, não havia preocupações preventivas e sequer a preocupação em separar, hierarquizar e classificar os diversos assistidos sociais” (p.180), isto é, todos os grupos vulneráveis socialmente eram auxiliados da mesma maneira.

Mas também havia uma parcela significativa da população pobre que vivia nas ruas, em estado de mendicância (GROISMAN, 1999). Compunham esse grupo as pessoas consideradas inválidas ao trabalho, como os deficientes físicos, os doentes, os velhos, as crianças órfãs e as viúvas (GROISMAN, 1999). A mendicância era uma prática aceita pela sociedade, principalmente pela Igreja Católica que, sob a ótica da filantropia, via os mendigos como pessoas dignas de piedade e caridade. (GROISMAN, 1999)

Na primeira metade do século XIX, houve uma tendência de separar os mendigos em duas categorias: os merecedores da caridade da sociedade (que tinham permissão para mendigar), e os “vadios” (os quais a sociedade buscava reprimir). Nesse sentido, a faixa etária parecia ser um dos critérios de separação entre esses dois grupos, na medida em que a condição de vadio era atribuída à população indigente mais jovem. Segundo Filho (1996), citado por Groisman (1999):

¹¹ São as instituições sociais criadas para “amparar” determinado segmento da sociedade, como exemplo os asilos para a população idosa, os orfanatos, manicômios, etc. Elas começam a surgir ao final do século XIX, com a emergência do movimento higienista.

o vadio podia ser o desempregado ou o que mantinha vínculo inconstante com o mercado de trabalho; era o agregado da grande propriedade rural expulso da terra, ou o cidadão que se disfarçava de mendigo para pedir esmola. Sobrevivia essa gente de trabalhos esporádicos, da mendicância, do roubo e, no caso das mulheres, da prostituição. (p.76)

A vadiagem se relacionava ainda à falta de vínculos sociais e às noções de ociosidade e de ameaça à estabilidade social. Por esse tipo de pensamento, no Código Criminal do Império, de 1830, o ato de vadiar passou a ser crime. (GROISMAN, 1999)

Por volta do fim do século XIX, o Brasil experimentou a emergência do movimento higienista¹² e da medicina social¹³, que possuíam como principal objetivo uma sociedade mais “salubre”. Devido a esse ideal, foram implantadas medidas sanitaristas que intervíram nos espaços públicos e privados, a fim de combater a pobreza, considerada como uma das principais causas da propagação de doenças. Nesse momento, o estilo de vida de mendigos e vadios passou a ser considerado uma ameaça à saúde pública, o que acarretou na dura repressão desses dois grupos (GROISMAN, 1999). Sendo assim, surge a iniciativa de separar esses sujeitos vistos como “perigosos”, do restante da sociedade. Para isso, em 1854, foi criado o Asilo da Mendicidade, mais conhecido como “albergaria”. Com o passar dos anos, o abrigo se encontrava superlotado e com instalações inadequadas, por isso, em 1876, o poder público decidiu criar um asilo maior. Em 1879, é inaugurado o novo Asilo da Mendicidade, que acolhia quatro tipos de pessoas:

1º, os menores de 14 anos, abandonados e ociosos; 2º, os indigentes, os velhos e os incapazes, que recorriam à caridade dos transeuntes; 3º, os que se apresentavam espontaneamente, provando indigência; 4º, os alienados que não podiam ser recebidos no Hospício D. Pedro II (GROISMAN, 1999, p. 185)

A direção da instituição foi concedida ao médico Freitas Henrique, que em acordo com os ideais higienistas de ordenar os espaços institucionais, separando os “pacientes” a partir de características e patologias específicas, buscou evitar a mistura de pessoas de sexo, idade e patologias distintas (GROISMAN, 1999). O mesmo foi feito em outras instituições, como exemplo a Santa Casa da Misericórdia. É nesse momento que a velhice e outros grupos sociais

¹² O higienismo foi um movimento promovido por médicos e sanitaristas entre os séculos XIX e XX, devido ao surto de doenças que assolavam a sociedade na época. O movimento propunha o combate aos hábitos insalubres, individuais ou coletivos, em prol da saúde. A partir dessa ideia, algumas condutas passaram a ser adotadas nos espaços públicos e privados, como o zelo com o vestuário, cuidados sanitários, comportamento social, preservação dos espaços íntimos e sociais, fiscalização em relação à higiene, etc.

¹³ A medicina social ocupava-se com as medidas sociais que promovessem a saúde, a fim de gerar bem-estar dos indivíduos. Por isso, adotava medidas sanitaristas que intervíram em vários espaços.

emergem como categorias distintas, cujo modelo assistencial não mais se basearia no tratamento homogêneo. A partir desse momento, tornava-se necessário criar um espaço que acolhesse e cuidasse dos idosos desamparados.

Em 1890, no final do século XIX, é criado o Asilo São Luís, a primeira instituição (de natureza privada) exclusivamente voltada ao amparo da velhice (GROISMAN, 1999). A respeito desse marco, Groisman conclui que “[...] a velhice ganhou um “lugar” na cidade, lugar este geográfico e ao mesmo tempo simbólico, pois o asilo de velhos era – e continua sendo – um lugar carregado de significados.” (GROISMAN, 1999, p. 188). A partir da afirmação do autor, cabe-nos refletir: quais significados estão sendo atribuídos aos asilos para idosos atualmente?

3.1. A vivência nas ILPIs

A população brasileira vem experimentando o processo de envelhecimento populacional, em que se verifica a redução da taxa de fecundidade e de mortalidade nas idades mais avançadas. Aos poucos, a pirâmide demográfica se altera, ampliando seu cume e diminuindo sua base. (KANSO; MELLO, 2004 apud Lima, 2011). De acordo com a projeção feita pelo IBGE, de 2010 à 2050, o número de idosos triplicará, passando de 19,6 milhões para 66,5 milhões (IBGE, 2016). O órgão estima ainda que em 2030, o número de pessoas acima de 60 anos superará o de crianças e adolescentes em 2,28 milhões, ocasionando uma “virada” no perfil demográfico do país (IBGE, 2016).

O crescimento desse grupo implica em várias consequências nos âmbitos econômico, social e político, como exemplo a alteração da organização familiar, a demanda por políticas públicas e o remanejamento da distribuição de recursos na sociedade (IPEA, 2011). Uma delas é o aumento da procura por instituições públicas, privadas ou mistas, que abriguem idosos, comumente conhecidas como asilos.

Atualmente, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) estabeleceu a nomenclatura Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), em substituição ao termo asilo, com a finalidade de instituir uma nova proposta de mudança em relação ao tipo de cuidado oferecido ao idoso nesses locais (CAMARANO; MELLO, 2010). Além de prestarem assistência social, a SBGG sugere que as ILPIs se integrem à rede de saúde (CAMARANO; MELLO, 2010). O motivo da mudança reside nos estudos sobre envelhecimento populacional,

que indicam o aumento do tempo de vida de pessoas com perda de capacidade física, cognitiva e mental (CAMARANO; MELLO, 2010). Apesar da transição de nomenclatura, muitos asilos não se autodenominam ILPIs. (CAMARANO; MELLO, 2010).

Ainda não há consenso na literatura sobre o que sejam as ILPIs, visto que, para alguns autores, entidades e órgãos, elas são consideradas como instituições de assistência e para outros, de saúde. (CAMARANO, MELLO, 2010). Apesar disso, os decretos de regulamentação da Política Nacional do Idoso (PNI) e do Estatuto do Idoso definem que elas não são instituições de saúde, proibindo portanto, a aceitação de idosos com comprometimento mental que implique em algum risco à própria vida ou à de outros residentes, ou que possuam doenças infectocontagiosas, ou que necessitem de assistência médica permanente, bem como enfermagem intensiva (CAMARANO; MELLO, 2010). Portanto, apesar de não haver um único entendimento sobre o que seja uma ILPI, a nomenclatura permaneceu.

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) - um dos órgãos responsáveis por fiscalizar as ILPIs - essas instituições são aquelas “governamentais ou não, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de oferecer liberdade, dignidade e cidadania” (ANVISA, 2005). Já para a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), elas são:

Estabelecimentos para atendimento integral institucional, cujo público alvo são as pessoas de 60 anos ou mais, dependentes ou independentes, que não dispõem de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio. Essas instituições, conhecidas por denominações diversas – abrigo, asilo, lar, casa de repouso, clínica geriátrica e ancianato – devem proporcionar serviços na área social, médica, de psicologia, de enfermagem, fisioterapia, terapia ocupacional, odontologia, e em outras áreas, conforme necessidades desse segmento etário (SBGG, 2001, p.12).

De acordo com a ANVISA (2005), as ILPIs podem oferecer uma ou mais modalidades de atendimento aos idosos:

- a) Modalidade I - destinada a idosos independentes, mesmo que requeiram uso de equipamentos de autoajuda;
- b) Modalidade II - destinada a idosos com dependência funcional em qualquer atividade de auto-cuidado tais como: alimentação, mobilidade, higiene e que necessitem de auxílios e cuidados específicos;
- c) Modalidade III - destinada a idosos com dependência que requeiram assistência total, com cuidados específicos, nas atividades de autocuidado. (p.1)

Para que as ILPIs possam funcionar, a ANVISA estabelece, por lei, uma série de exigências a serem cumpridas. De forma geral, essas instituições possuem o dever de preservar e respeitar os direitos sociais, civis, econômicos, culturais e individuais de seus residentes. Basicamente, busca garantir ao idoso um ambiente confortável, acolhedor, limpo, organizado, arejado, seguro, adaptado à condição física de cada um, harmônico, de boa convivência, que respeite a identidade e a privacidade de cada residente, a liberdade de ir e vir, que incentive a autonomia, que promova atividades físicas, recreativas, culturais e de integração do idoso junto à comunidade. (ANVISA, 2005)

Apesar de haver todas essas normas a serem seguidas, sob pena de funcionamento dessas instituições, na realidade, muitas ainda são despreparadas para atender aos idosos. Segundo Davim (2004), citado por Queiroz (2010):

Geralmente os asilos são casas inapropriadas e inadequadas às necessidades dos idosos. Não cumprem a oferta mínima de assistência social e cuidados básicos de higiene e alimentação. E como o atendimento prioritário é o da saúde, o atendimento psicossocial fica relegado ao segundo plano. Essas instituições dificultam as relações interpessoais nos contextos comunitários, indispensáveis à construção de sua cidadania. Constituem, também, a modalidade mais antiga e universal de atendimento ao idoso, fora do seu convívio familiar, tendo como inconveniente favorecer seu isolamento, sua inatividade física e mental, produzindo, dessa forma, conseqüências negativas à sua qualidade de vida (p.31)

No período de setembro a outubro de 2007, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), juntamente com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), realizou uma inspeção em 24 ILPIs, de 11 estados brasileiros distintos, para verificar as condições em que elas se encontravam. O relatório dessas inspeções aponta questões como a falta de estrutura física adequada, número insuficiente de profissionais e técnicos habilitados, superlotação e falta de fiscalização do poder público. (CFP; OAB, 2008). Alguns trechos do documento sobre a realidade presenciada nesses locais chegam a ser bastante impactantes:

Mergulhados em um modelo ainda predominantemente asilar, nossos idosos experimentam condições especiais de uma vida que, em muitos casos, já não merece este nome. Em muitos momentos, a sensação que tivemos, ao ver o semblante daqueles homens e mulheres nas instituições que visitamos, foi a de que uma grande parte deles está ali tão-somente porque aquele é o lugar onde devem esperar pela morte. Mas um lugar onde se espera pela morte é, de alguma maneira, um lugar já mortificado, um espaço onde o tempo não flui, arrasta-se onde a vida não pulsa, se esvai. (CFP; OAB, 2008, p.15)

O relatório atribui a situação das ILPIs ao grande descaso do poder público que, apesar de instituir várias leis de proteção aos idosos e de funcionamento dessas instituições, não consegue

garantir que elas se efetivem de fato, tanto por falta de governantes dispostos a mudar a realidade, quanto por falta de fiscalização. (CFP; OAB, 2008).

[...] percebemos que o Poder Público segue, muitas vezes, absolutamente insensível diante dos destinos daqueles que, marginalizados e discriminados, são abandonados a sua própria sorte. Este é, como se sabe, destacadamente o caso das populações institucionalizadas e privadas de sua liberdade, desde os cárceres, até os abrigos de crianças vitimadas, passando pelas Febens e pelos asilos de idosos, dentre outras “instituições totais”, para usar a expressão celebrizada por Goffman. (CFP; OAB, 2008, p.13-14)

A respeito da expressão “instituições totais” utilizada na citação acima, Goffman se refere a “um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (1987, p.11). As instituições totais se classificam em cinco categorias, a saber: 1) destinadas a amparar pessoas consideradas incapazes e inofensivas, como os asilos para idosos, as casas para cegos, os orfanatos e os abrigos para indigentes; 2) criadas para cuidar de pessoas consideradas incapazes, mas que representam uma ameaça não-intencional à sociedade, como os hospitais para doentes mentais; 3) designadas para proteger a sociedade de elementos que representam uma ameaça intencional à sociedade, como as penitenciárias, cadeias, campos de concentração, campos de prisioneiros de guerra; 4) fundadas para serem sedes de algum grupo que desempenha uma tarefa instrumental, como os quartéis, escolas internas, navios, campos de trabalho, colônias; 5) incumbidas de servirem como refúgio do mundo, a exemplo, mosteiros, abadias e conventos (GOFFMAN, 1987 apud BENELLI, 2014).

Atualmente, na literatura, há uma aproximação entre a realidade das ILPIs e o conceito de instituições totais, como o controle rigoroso das atividades diárias, o afastamento do indivíduo em relação ao mundo externo, tratamento homogeneizado, perda de privacidade, liberdade e papéis sociais, infantilização do internado, privação de objetos pessoais etc.

Segundo Goffman (1987), citado por Benelli (2014), quem vive em instituições totais dificilmente possuirá uma vida doméstica satisfatória, já que ela se contrasta com a vida em grupo estabelecida nesses locais. “A instituição total suprime um círculo completo de lares reais ou potenciais” (GOFFMAN, 1987 apud BENELLI, 2014, p.26) e isso ocorre por uma série de fatores relacionados à vivência do idoso dentro de uma ILPI que, em muitos casos, se contrapõe à realidade experienciada por ele antes de ingressar nesse tipo de instituição.

Quando em contato com a sociedade e com o ambiente familiar, geralmente, cada pessoa cria para si um conjunto de referências (valores, costumes, hábitos, etc.) que constroem/estabelecem uma identidade pessoal (GOFFMAN, 1987 apud BENELLI, 2014). Conforme Pimentel (2001 apud CÔRTE; XIMENES, 2007)

[...] ao longo de nossa vida, criamos hábitos, adaptamos e transformamos o nosso espaço, possuímos nossos objetos pessoais e construímos uma rede de relações. A nossa história é construída, a partir de todas essas construções simbólicas e, caso haja uma perda total ou parcial delas, para os idosos representa um corte com o seu mundo de relações e com sua história. (p.33)

Ao ingressar em uma ILPI, há uma perda de todos esses referenciais identitários, gerando várias crises (GOFFMAN, 1987 apud BENELLI, 2014), pois tudo que o idoso conhecia e se importava é deixado para trás abrupta e repentinamente. Essas mudanças comumente resultam em depressão e sentimentos como solidão (BENTES; MACIEL; PEDROSO, 2012), saudade e desejo de retornar à vida anterior à institucionalização (TAVARES, 2004-2005). Na ILPI, o idoso precisa buscar se adaptar à nova realidade, construir novos sentidos para a vida, o que muitas vezes é um processo difícil e complexo, devido em grande parte, ao modo como essas organizações procuram gerir a própria instituição e a vida de seus residentes.

O cotidiano nesses locais normalmente inclui atividades diárias realizadas em conjunto, estabelecidas pela instituição de acordo com um planejamento e controle próprios, impondo uma rotina rígida a ser seguida pelos idosos (GOFFMAN, 1987 apud BENELLI, 2014). O tratamento conferido a eles é feito de forma homogênea, no tempo da instituição, sem considerar as necessidades e particularidades de cada um (GOFFMAN, 1987 apud BENELLI, 2014) apontando para um possível processo de perda de identidade do indivíduo (QUEIROZ, 2010), e também de liberdade. Adicionalmente a essas questões, há a falta de privacidade decorrente da partilha de quartos e a perda da individualidade devido à privação de objetos pessoais, geralmente substituídos pelos da instituição (GOFFMAN, 1987 apud BENELLI, 2014).

Hall, em sua obra “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade” afirma que “o sujeito [...] tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’ mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2006, p.11). Aplicando o pensamento do autor à complexa discussão da identidade em uma ILPI, é possível propor a seguinte reflexão: se ao entrar para uma instituição

dessa natureza, o “eu real” do idoso sofre uma desestabilização ou uma supressão devido à mudança de ambiente e rotinas, ele fica muito mais suscetível a adotar uma identidade baseada no meio em que está inserido. Considerando que muitos asilos ainda são geridos a partir da ideia de que são locais para idosos abandonados, frágeis e debilitados física e mentalmente, seus residentes podem, por vezes, acreditar, adotar para si mesmos esses estereótipos e reproduzi-los.

Outro fator preocupante e amplamente discutido na literatura no contexto dessas instituições, é o afastamento do idoso em relação ao mundo externo. Isso ocorre através de proibições às saídas e também de visitas vindas de fora (GOFFMAN, 1987 apud BENELLI, 2014). A falta de manutenção de vínculos sociais é extremamente prejudicial ao ser humano, afetando diversas esferas de sua vida. O distanciamento da sociedade provoca, nos idosos, apatia, falta de motivação e carência (ARAÚJO; FARO; SOUZA, 2010). Benelli (2014) lembra ainda que a reclusão do idoso faz com que ele seja destituído de seus papéis sociais. Psicologicamente e fisicamente, o apoio social se mostra essencial à saúde, posto que auxilia no processo de cura, aumentando as chances de sobrevivência, além de ajudar no enfrentamento de situações difíceis, como a institucionalização, a perda de papéis sociais, a morte de um ente querido, isto é, ele se configura como um mecanismo de sobrevivência (ARAÚJO; FARO; SOUZA, 2010).

A respeito do cotidiano presenciado nas ILPIs, Justo e Rozendo (2013) descrevem um cenário onde há ausência de vida. Segundo os autores, os idosos permanecem “sentados, praticamente imóveis, com um olhar que parece vazio, desatento, lançado a nada” (p.29). Eles também chamam atenção para o silêncio que se estabelece no local. Côrte e Ximenes (2007) mencionam a estagnação do tempo, a falta do fazer, a estaticidade dos idosos e a ausência de contato entre eles. Maia, Hondero e Henz (2008), citados por Bentes, Pedroso e Maciel (2012), abordam a desaceleração do tempo. Faleiros e Morano (2009), citados por Bentes, Maciel e Pedroso (2012), apontam uma fala recorrente aos idosos institucionalizados, “o não fazer nada”, devido à inalterabilidade de rotinas. O “não fazer” nas ILPIs também se relaciona à baixa oferta de atividades que geram renda, lazer e cultura (IPEA, 2011). Segundo Côrte e Ximenes (2007) “viver requer movimento, ação, execução, fazer” (p.37). O “fazer” é essencial aos seres humanos, na medida em que é um importante mecanismo de manutenção do equilíbrio físico e psicossocial e que possibilita a construção da autonomia e da independência (CÔRTE; XIMENES, 2007). Nesse sentido, o contrário, o “não fazer”, é extremamente prejudicial à saúde, podendo causar o declínio físico e mental, o que interfere significativamente nas atividades da vida diária (CÔRTE; XIMENES, 2007).

Uma prática recorrente no cotidiano de uma ILPI é a infantilização dos residentes, devido ao processo de perda de autonomia, liberdade e capacidade de decisão do indivíduo, provocados pelas instituições totais (GOFFMAN, 1987 apud BENELLI, 2014). Para Benelli, esse processo se expressa através de ações como o ato de pedir permissão para desempenhar tarefas comuns do dia-a-dia, que já eram realizadas normalmente antes de entrar para a instituição. Justo e Rozendo (2013) sinalizam que a apatia e prostração verificada no idoso institucionalizado, aliadas ao tratamento que os cuidadores conferem ao idoso, no sentido de atender às necessidades básicas como higiene, alimentação, medicação, locomoção, de modo que o mesmo não precise ter iniciativa, contribuem para esse quadro de infantilização. Esse tipo de atitude é prejudicial na medida em que não estimula a autonomia. Os autores, quando foram a campo, também constataram a ocorrência de falas infantilizadas, tanto por parte dos idosos, quanto por parte dos cuidadores, além da presença de brinquedos pertencentes aos residentes (JUSTO; ROZENDO, 2013).

Em relação à convivência entre os internos, alguns autores discorrem sobre uma relação conflituosa, muitas vezes marcada por brigas e desentendimentos (DEBERT, 1999 apud CAMARANO; CHRISTOPHE, 2010). Araújo, Faro e Souza (2010) atribuem a convivência desarmônica ao fato de muitos idosos não possuírem a pretensão e o interesse de criar novos laços de amizade nas ILPIs. Camarano e Scharfstein (2010) discutem sobre a dificuldade de aceitação dos idosos em relação a novos internos. Isso ocorre na medida em que os institucionalizados há mais tempo consideram os novos residentes como uma ameaça ao seu espaço (ARAÚJO; FARO; SOUZA, 2010). Por outro lado, alguns autores relatam presenciar experiências positivas de convívio e a criação de vínculos afetivos. Silva et. al (2006), sobre uma instituição em Salvador, na Bahia, afirma que nem mesmo as diferenças de idade, cultura e limitações físicas constituíram empecilhos para a construção de amizades (apud CAMARANO; SCHARFSTEIN, 2010). Almeida (2005) conclui que devido à perda de laços familiares, os idosos criam vínculos com colegas de quarto, pessoas que visitam a instituição, ou funcionários (apud CAMARANO; SCHARFSTEIN, 2010). E esses vínculos muitas vezes se tornam tão fortes que os idosos passam a considerar essas pessoas como entes queridos, muito mais que a própria família, inclusive (ARAÚJO; FARO; SOUZA, 2010).

Dizer que as ILPIs são lugares ruins para os idosos implica em fazer uma afirmação generalista, contribuindo para reforçar o grande preconceito já existente em relação a essas instituições. Camarano e Christophe (2010) apontam alguns casos de ILPIs que se tornaram referência, como exemplo o Mão Branca, em São Paulo, destinado a idosos de boa condição

financeira e a mantida pela Sociedade São Vicente de Paulo, em Curitiba, voltada a idosos carentes. As autoras lembram que “não é possível condenar e descartar uma modalidade de serviço pelo fato de existirem experiências ruins, até porque a demanda por este tipo de serviço tende a aumentar[...]” (CAMARANO; CHRISTOPHE, 2010, p.155).

É preciso, porém, superar os estigmas atribuídos às ILPIs, que inclusive já se encontram enraizados em nossa legislação: a Política Nacional dos Idosos (PNI) atribui os cuidados aos idosos primeiramente à família (CAMARANO; CHRISTOPHE, 2010), salvo nos casos em que esta não possui condições de sustentá-los. O fato de o idoso morar com seus parentes não significa que ele será bem cuidado e tratado. Inclusive, de acordo com o Balanço Anual da Ouvidoria do Disque Direitos Humanos, de 2017, em 52% das denúncias recebidas de violência contra idosos, os próprios filhos são os agressores. Debert (1999) lembra que a família é uma instituição idealizada (apud CAMARANO; SCHARFSTEIN, 2010). A sobrecarga imposta a ela e a falta de alternativas existentes de assistência ao idoso se constituem como fatores que podem desencadear a violência doméstica (PASINATO; KORNIS, 2009, apud CAMARANO; MELLO, 2010). Além disso, muitos idosos pobres e/ou com limitação funcional, devido à falta de recursos de seus familiares e a ausência de outras opções de cuidado, podem vir a sofrer maus-tratos (CAMARANO; MELLO, 2010). Nesse sentido, passar a residir em uma ILPI pode ser uma alternativa para encontrar amparo, proteção e segurança (CAMARANO; CHRISTOPHE, 2010). Também há os idosos que não possuem família e/ou moradia. Para eles, a instituição passa a ser uma possibilidade de socialização e cidadania (CAMARANO; SCHARFSTEIN, 2010).

O fenômeno de institucionalização do idoso é bastante complexo. Assim como o processo de envelhecimento, ele ocorre de forma heterogênea e depende de inúmeras variáveis, sendo portanto singular a cada indivíduo e contexto no qual está inserido. Por esta razão, não pretende-se aqui instituir um ponto de vista fixo, único, imutável sobre a vivência em uma ILPI, até porque a maior parte da literatura revisitada para compor esse trabalho data do ano de 2010 ou é anterior a ele, revelando a carência de novos estudos sobre o assunto. Muitas mudanças em relação ao panorama apresentado nessa pesquisa, sobre a realidade dessas instituições, já podem estar em curso.

Ressalta-se, porém, a partir da literatura revisada, que há uma constante que se repete em muitos trabalhos, não podendo ser ignorada: a necessidade de revisão do modelo de funcionamento das ILPIs, ainda mais considerando-se a crescente demanda por esse tipo de serviço no Brasil. Isso se torna uma questão urgente, de responsabilidade do poder público, das

ILPIs e da sociedade, na medida em que impacta profundamente essas três organizações. É preciso, no entanto, superar os estigmas atribuídos a essas instituições, e partir para uma discussão de ações mais estruturais que visem seu aperfeiçoamento, visto que cada vez mais elas se constituem como uma opção necessária e que precisa ser digna de assistência aos idosos.

3.2 O perfil das ILPIs

No período de 2007 a 2009, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), realizou um levantamento censitário nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, respectivamente, com o intuito de traçar o perfil das Instituições de Longa Permanência dos Idosos no Brasil (IPEA, 2011). Até então, por falta de estudos abrangentes, se desconhecia as características das referidas instituições, assim como de seus idosos residentes. (CAMARANO e KANSO, 2010).

Ao total, foram identificadas 3.548 ILPIs, no entanto, 3.294 participaram da pesquisa, implicando em uma taxa de resposta de 92,8%. Essas 3.548 ILPIs se localizavam em apenas 29,9% dos municípios brasileiros existentes, percentual extremamente baixo. A maior parte dessas instituições se concentrava no Sudeste (63,5%) e no Sul (19,5%), seguida do Centro-Oeste (7%), Nordeste (8,5%) e Norte (1,4%). Quanto à natureza jurídica dessas instituições, 65,2% eram filantrópicasⁱ, 28,2% privadas isto é, com fins lucrativos, 6,6% públicas e mistas.

Apurou-se que havia um total de 100.251 mil pessoas residindo nas ILPIs participantes da pesquisa, sendo 84 mil idosos, o que representava menos de 1% da população idosa no Brasil, percentual baixíssimo. As mulheres eram maioria (57,3%) (CAMARANO E KANSO, 2010). Dessas 100.251 pessoas residentes em ILPIs, 11,9% não eram consideradas idosas, o que descumpra a norma estabelecida pela ANVISA, de que a idade mínima para se abrigar uma pessoa nesse tipo de instituição é de 60 anos. Os principais motivos que levavam à institucionalização desses idosos eram: conflitos familiares, pessoas que perderam ou não possuíam parentes, falta de condições financeiras ou físicas ou mentais para gerirem a própria vida. (LIMA, 2011)

As instituições geralmente eram consideradas pequenas, por abrigarem em média, 30,4 residentes. Do total de ILPIs, 38% acolhiam menos de 20 residentes, 24%, de 20 a 29, 23%, de

30 a 49 e 15%, de 50 ou mais. Algumas instituições de Minas Gerais e do Paraná apresentavam apenas um residente, número mínimo encontrado. O número máximo foi verificado em uma instituição de São Paulo, que possuía 427 moradores (IPEA, 2011).

Os gastos das ILPIs eram distribuídos entre pagamento de funcionários (52,5%); alimentação (14%); despesas fixas, como água, gás, telefone (9,4%); medicamentos (5%); aluguel, pequenos consertos, combustível, manutenção da casa e/ou aquisição de material para escritório (18,8%). O gasto médio por residente era de R\$744,10 reais. A despesa mínima per capita encontrada foi de R\$ 92,62, em uma instituição de Alagoas, e o máximo, R\$9.230,77, de uma instituição em São Paulo (IPEA, 2011).

Quanto às características dos idosos residentes em ILPIs, nas instituições privadas, o número dos considerados dependentes era maior, reforçando a ideia de que o comprometimento físico/mental era o principal motivo que levava à internação. Já nas instituições públicas, mistas e filantrópicas, encontrava-se maior número de idosos independentes, o que sugeria que a carência de renda e moradia eram os principais fatores que levavam à institucionalização. (IPEA, 2011)

Constatou-se que apesar das ILPIs não serem instituições de saúde, conforme afirmam os documentos da Política Nacional do Idoso (PNI) e o Estatuto do Idoso, os principais serviços oferecidos por elas são nessa área, sendo 66,1% voltados aos cuidados médicos e 56% aos cuidados fisioterápicos (IPEA, 2011). Apenas 31,3% das instituições ofertavam terapia ocupacional, 23,5% disponibilizavam serviços psicológicos, 13,9% contavam com serviços odontológicos e apenas 2,5% possuíam serviços fonoaudiológicos (IPEA, 2011). Apenas 45,4% das ILPIs forneciam atividades que geram renda, lazer e cultura, o que é preocupante, visto que essas atividades auxiliam a exercer um papel social e são importantes na integração entre os residentes (IPEA, 2011).

Para avaliar a estrutura física desses locais, foram utilizados três indicadores: área total e construída, espaços disponíveis e número de leitos por quarto (ocupados e vagos). Os terrenos das ILPIs eram considerados amplos, já que a média entre todos eles, em relação à área total e à área construída era de 6.860 m² e 1.210 m² respectivamente. O menor terreno encontrado apresentava uma área total de 100 m², com área construída de 30 m², em uma instituição de Minas Gerais. O máximo foi de um terreno de 192.565 m², com área construída de 42.278 m², em uma instituição do Rio de Janeiro. Quanto aos espaços existentes, constatou-se que 90% das instituições possuíam refeitório (espaço mais utilizado), jardim, pátio, quintal, sala de televisão

e de vídeo, sugerindo a possibilidade da existência de lazer e atividades ao ar livre. Cerca de 50% declararam possuir sala ecumênica, 6,3% piscina e 15% biblioteca ou sala de leitura.

A pesquisa verificou ainda que as ILPIs funcionam com a capacidade no limite, já que dos 109.447 leitos encontrados, 91,6% estavam ocupados. Quanto ao número de leitos por quarto, foi apurado que 5,9% das instituições estão irregulares, segundo a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 283, de 26 de setembro de 2005, por exceder o limite máximo de quatro leitos por quarto (IPEA, 2011).

Em relação ao financiamento das ILPIs, considerando o conjunto das instituições participantes da pesquisa, 57% da receita provinha de contribuição, em forma de mensalidade, de residentes e/ou familiares dos mesmos. O financiamento público, isto é, das três instâncias governamentais (municipal, estadual e federal), chegava a 20% da receita total. Os recursos da própria instituição representavam 12,6% do total. E os 10,4% restantes provinham de outros meios. Separando essa informação de acordo com a natureza jurídica das instituições, apurou-se que nas filantrópicas a maior parte da contribuição era através da mensalidade dos residentes, assim como o verificado nas privadas. Apenas na pública mais mista que esse dado se difere, sendo a maior parte da receita, fruto do financiamento público.

Considerando os dados apresentados pela pesquisa, o que mais chama a atenção e carece urgentemente de uma discussão é a baixa oferta de ILPIs no país, especialmente as de natureza pública mais mista. Na época em que foi feito o estudo, 71,1% dos municípios não contavam com esse tipo de serviço, um dado extremamente alarmante se considerarmos a tendência pelo rápido aumento da população idosa no Brasil. Há uma necessidade latente de se ampliar a oferta por essa modalidade de cuidado, cabendo ao Estado ser mais atuante na garantia do direito do idoso à assistência social.

É importante reconhecer, porém, que há uma escassez de estudos recentes a esse respeito, portanto, não há como saber como se configuram os perfis dessas instituições hoje, em 2018. Diante de tudo que foi exposto anteriormente, o próximo passo desse trabalho se constitui em analisar do geral (literatura consultada) ao específico (o asilo Dr. Carlos Romeiro, objeto de pesquisa do trabalho), buscando confrontar a teoria com a realidade.

4. O ASILO DR. CARLOS ROMEIRO

4.1. A instituição

O asilo¹⁴ Dr. Carlos Romeiro¹⁵ é uma instituição de 1976, fundada pelo falecido casal lafaietense, João Romeiro e Lucy Romeiro¹⁶, com o objetivo de prestar assistência social aos idosos desamparados. Localizada na rua dos Vicentinos, no bairro Queluz, em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, a entidade é cristã e pertence à Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP), organização civil da Igreja Católica que se dedica a trabalhos de caridade no Brasil e em outros países.

Com capacidade para 61 idosos, atualmente são acolhidos para residência permanente um total de 59¹⁷, sendo 29 homens e 30 mulheres. Contudo, durante cerca de um ano meio, período de realização do trabalho, esse dado variou bastante com o falecimento de alguns internos e conseqüentemente com a chegada de outros. Inclusive, dois fotografados chegaram a falecer, sendo um deles José Cassimiro, um dos personagens retratados no fotolivro.

O morador do asilo com idade mais avançada é uma senhora de 98 anos. O mais novo é um homem de 53 que, pela lei, ainda não é considerado idoso e por isso não poderia residir em uma ILPI. No entanto, a administração da entidade afirma que ele foi admitido devido a uma determinação judicial. Dentre todos os asilados, o mais antigo é um senhor que vive há 29 anos na instituição. Do total de idosos, uma é do Rio de Janeiro e o restante de Minas Gerais. Somente 23 são naturais de Conselheiro Lafaiete, sendo 36 de cidades próximas à região, como Congonhas, Itaverava, Queluzito, Rio Espera, Alto do Maranhã etc.

O asilo possui idosos independentes, semi-dependentes e totalmente dependentes, por isso se encaixa nas três modalidades previstas pela ANVISA. As doenças mais comuns entre eles, de acordo com a enfermeira chefe do asilo, Lúcia Baêta de Faria Gonçalves, são diabetes, hipertensão, hipotireoidismo e depressão, sendo esta última a enfermidade mais recorrente entre as patologias desenvolvidas após a institucionalização. Ainda segundo ela, as doenças que levam o maior número de residentes do asilo à internação em hospitais são aquelas que costumam aparecer em épocas específicas, como exemplo no frio (pneumonia e infecção

¹⁴ A todo momento, a administração e os idosos utilizam o termo asilo para se referir à instituição, ao invés de ILPI, nomenclatura utilizada pela literatura. Nesse sentido, por uma questão de fidelidade ao modo como se identificam, optei por manter a terminologia “asilo”, destacadamente nesse capítulo quando for tratar do caso específico.

¹⁵ A administração não soube informar a origem do nome do asilo.

¹⁶ A instituição não possui detalhes sobre seus fundadores e sua história.

¹⁷ Dado verificado em 22 de novembro de 2018.

urinária) ou perto de datas festivas consecutivas, como Ano Novo e Natal (diarreia e consequente desidratação por excesso de ingestão de alimentos fora da dieta).

Alguns idosos possuem família, que os visita, outros afirmam não ter parentes, ou se possuem, não há contato. De acordo com a presidente do asilo, Maria Roseli Dias Canuto, a maioria foi colocada na instituição pela própria família e muitos se encontram em condição de abandono pelos seus parentes. Segundo a enfermeira chefe da entidade, é uma prática comum que se recorra à assistente social para que esta, por sua vez, possa cobrar uma participação maior das famílias no cotidiano de seus idosos asilados.

Todos os residentes são curatelados¹⁸, isto é, judicialmente o asilo é o responsável legal pelos idosos, por isso possui o dever de zelar por eles e o direito de administrar os bens dos mesmos¹⁹. Um exemplo da aplicação do direito de curatela na prática, no caso específico do asilo, em relação à administração de bens, é o fato de o responsável pela instituição poder sacar o benefício do idoso todo mês.

O asilo conta com o trabalho de 32 funcionárias, contratadas pela própria instituição. Dentre elas, são duas auxiliares administrativo, 11 cuidadoras, uma enfermeira-chefe, dez técnicas em enfermagem, duas cozinheiras, duas auxiliares de cozinha, duas auxiliares de limpeza e duas auxiliares de lavanderia. Nessas funções, algumas profissionais se revezam entre turnos, outras, entre os dias da semana.

O asilo oferece aos idosos, em suas dependências, atendimentos médico, nutricional, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico e terapêutico ocupacional, ao menos uma vez por semana, por meio de profissionais contratados pela prefeitura. Além disso, durante a noite há o serviço de segurança, realizado por dois vigias, também custeados pelo município. A instituição ainda conta com transporte, feito por dois veículos próprios, porém não há um motorista contratado, sendo a condução um encargo atribuído a voluntários. De acordo com a presidente, nunca faltaram pessoas para transportar os idosos, porém ela mencionou que, em algumas ocasiões, os voluntários solicitados não puderam comparecer no exato momento em que foram requisitados pela instituição. Nesses casos, os chamados foram atendidos só após algum tempo. O asilo também dispõe de manicures e cabeleireiros voluntários, que oferecem seus serviços aos idosos mensalmente.

¹⁸ Estão sujeitos à curatela as pessoas que não podem exprimir a própria vontade, por motivos transitórios ou permanentes (CÓDIGO CIVIL, 2016)

¹⁹ Os bens só podem ser administrados em proveito dos curatelados e tutelados. Além disso, os curadores e tutores são obrigados a prestar contas da administração dos bens. (CÓDIGO CIVIL, 2016)

Por abrigar um número relativamente grande de internos, implicando em uma quantidade maior de recursos, os gastos da instituição são bastante expressivos. Estima-se que ele atinja, em média, 72 mil reais por mês, isto é, aproximadamente R\$1.220,00 por idoso, segundo a administração do asilo. As despesas incluem basicamente água, luz, farmácia²⁰, varejão²¹, padaria²², açougue²³, gás, material de limpeza e salário de funcionários. De acordo com a presidente, a instituição passa por constantes dificuldades financeiras. Segundo ela, apenas as despesas prioritárias como luz, água, salário de funcionários e farmácia são pagas em dia. Algumas contas como padaria e varejão ficam pendentes, já que a arrecadação é insuficiente para cobrir todos os gastos. A administração afirma que todo mês o asilo possui um déficit de aproximadamente dez mil reais e que, para pagar parte das dívidas adquiridas, são feitos empréstimos, além de haver a promoção de campanhas na comunidade.

A arrecadação provém de parte do benefício dos idosos²⁴- o Estatuto do Idoso, Art. 35 determina que fica a cargo do Conselho Municipal do Idoso ou do Conselho Municipal da Assistência Social definir o percentual que deve ser recolhido pela entidade, sendo que este pode chegar até 70% do benefício. Segundo a administração do asilo, a porcentagem recolhida chega a ser mais de 70%, conduta proibida legalmente. De acordo com ela, o repasse feito aos idosos varia de R\$10,00 a R\$50,00, sendo a quantia determinada a partir da condição mental de cada um. Levando em conta o montante concedido aos que possuem um salário mínimo, o valor máximo que chegam a obter da instituição corresponde a aproximadamente 5,5% do total apenas, enquanto o percentual mínimo previsto em lei é de 30%. Porém, há os que possuem menos de um salário, como afirma a administração. De acordo com ela, nesses casos, o repasse não é feito. Além do benefício dos idosos, o asilo conta com a contribuição da prefeitura, no valor de cinco mil reais, porém, não há uma constância, isto é, alguns meses o asilo recebe e outros não. A Sociedade São Vicente de Paulo também colabora através de doações financeiras, no entanto, o valor varia mês a mês, não havendo um montante fixo. A comunidade costuma

²⁰ Utensílios de enfermagem, como remédios, curativos, balão de oxigênio, etc.

²¹ Frutas, legumes, vegetais, verduras, etc.

²² Pães de sal e pães doce.

²³ Carnes.

²⁴ Todos os idosos do asilo contam com alguma assistência financeira do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Alguns recebem aposentadoria e outros, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) - instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). O BPC prevê a quantia mensal de um salário mínimo para idosos acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade, isto é, que apresente impedimentos físico, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo. O Ministério da Previdência Social ressalta que para ter direito a esse benefício não é preciso ter contribuído para o INSS, mas é necessário que a renda por pessoa da família seja menor que 1/4 do salário mínimo (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2017).

contribuir bastante por meio de doações de fraldas e mantimentos, auxiliando a reduzir significativamente as despesas, como afirma a presidente.

De vez em quando ocorrem algumas atividades extras na instituição como festas de Carnaval, Natal, eventos de música, no entanto, são custeadas por voluntários. O único evento extra, por conta da instituição, são as festas de aniversário dos residentes, promovidas todos os meses.

4.2. O espaço

Ao chegar à instituição, avista-se uma fachada discreta e duas portas. Uma delas permanece aberta e possui uma placa indicando a secretaria, a outra permanece fechada e confere acesso ao asilo. Do lado de fora, nota-se a grande extensão do local, que vai do começo até mais da metade da rua. O asilo possui cerca de 900 m², com área construída de aproximadamente 600 m², como afirma o vice-presidente²⁵. Como a construção está assentada em um terreno em declive, o asilo inevitavelmente se divide em alguns níveis (superior, intermediário e inferior), com pouca diferença de elevação entre eles. Este fato explica a presença de algumas rampas e lances de escada no local. Os idosos com maior autonomia física conseguem, ainda que com um pouco de dificuldade, transpor esses obstáculos sem o auxílio de outras pessoas. Os com menos autonomia, precisam de ajuda.

O nível superior é composto por entrada principal, uma ala feminina e uma masculina, copa e enfermaria. O nível intermediário engloba uma ala masculina, uma área coberta que funciona como pátio, sala de fisioterapia, lavanderia, sala de terapia ocupacional e uma passagem selada para uma construção incompleta de uma ala. A área coberta é composta por banquinhos e sofás, pois é o local onde os idosos, em sua maioria, homens, costumam passar parte dos dias. A sala de fisioterapia permanece fechada. Os residentes só possuem acesso a ela nas sessões, quando precisam realizar alguma atividade. O mesmo ocorre para o recinto destinado à terapia ocupacional. Ao redor desse último cômodo, há um pequeno espaço ao ar livre, composto por uma mesa com cadeiras e um tímido canteiro, que no entanto, não é muito frequentado, já que é um local com pouca circulação de funcionários, o que faz com que os idosos fiquem “fora de vista” e estejam expostos a riscos, como uma queda. O nível inferior se divide entre uma ala feminina e uma masculina, refeitório, cozinha, pátio - com parte coberta e

²⁵ A direção não autorizou o acesso ao projeto arquitetônico do local.

descoberta -, banheiros, sala de convivência, quartos, área de estender roupas e um lote vago, ao qual os idosos não possuem acesso.

O asilo possui uma construção mais fechada, com muitas paredes e pouco espaço ao ar livre, o que parece dar a sensação de confinamento. Por esse motivo, circula pouco ar e entra menos luz natural nos cômodos. Conseqüentemente, no calor, a sensação térmica dos ambientes é mais alta e no frio, mais baixa, em relação à temperatura externa a esses locais. Além disso, a parca luminosidade acarreta o escurecimento dos recintos. Outro aspecto que chama a atenção é o fato da telha que cobre parte do pátio no nível inferior ser de metal. No calor ela esquenta bastante, o que faz com que alguns dormitórios e uma área do pátio fiquem abafados. Quanto à infraestrutura do asilo, é possível afirmar que ela não cumpre todas as determinações previstas em lei, visto que a instituição está com alvará sanitário e o alvará de funcionamento e localização (provisório) vencidos desde 2015. Contudo, a administração da instituição diz ter concluído, em outubro desse ano, a instalação de uma central de alarme contra incêndio e a recarga de seus extintores, duas exigências requeridas pelo Corpo de Bombeiros, órgão responsável pela emissão do alvará de localização e funcionamento. Ela alega, ainda, não saber se há outras irregularidades pendentes e por isso afirma que solicitará uma nova vistoria para verificar a situação do local.

A disposição dos cômodos é um pouco complexa e confusa. São muitos corredores que se inter cruzam, muitos cômodos que estão ligados entre si. O interior do asilo, no entanto, é bem sinalizado. Há placas indicando o sentido de se andar, a saída, e a direção de cada ala. Além disso, todos os quartos são numerados, os cômodos possuem placas de identificação dos ambientes e os banheiros possuem indicação a quem se destinam (homem ou mulher).

4.3 O cotidiano

No asilo, há os idosos que estão há muito tempo (dez, quinze anos, etc.) e os que estão há pouco tempo (um, dois anos, etc.); os que gostam da instituição e os que não gostam; os que se adaptaram à vida lá dentro e os que não se adaptaram; os que são mais ativos, isto é, desempenham um número maior de atividades e os que são menos ativos (dependem muito da condição física); os que são mais receptivos e os que são mais introspectivos. No geral, eles são bastante sociáveis, gostam de contato com as pessoas, de conversar principalmente, ao menos segundo minha vivência lá.

O ambiente da instituição é por vezes calmo e silencioso. Uma vez ouvi de uma idosa que o tempo parecia não passar, a mesma sensação que tive em algumas visitas. É comum presenciar algumas expressões apáticas e olhares longínquos. Têm dias que parece faltar ânimo, movimentação, vitalidade nos que o habitam.

Os idosos permanecem a maior parte do tempo restritos ao interior do asilo, não possuindo uma rotina fora da instituição, isto é, não trabalham, não saem para outro lugar, não costumam construir ou manter vínculos, diários ou mesmo semanais, com outras pessoas de fora da instituição etc. Muitos relatam sentir falta do convívio com o mundo externo. Uma vez, presenciei uma mesma senhora tentando fugir do asilo, sem sucesso. Uma funcionária relatou que era preciso ficar de olho nela, pois ela fazia isso com frequência. O contato com a sociedade externa é pouco frequente posto que não é permitido que saiam desacompanhados - por esse motivo, segundo os responsáveis, os portões de acesso à rua permaneciam fechados e trancados. Para que os idosos possam ir a qualquer outro lugar com alguém que não trabalhe no asilo, é preciso que o visitante assine um termo de responsabilidade.

A rotina diária inclui poucas atividades, que se repetem pelas semanas. Uma fala comum é a de não haver nada para fazer. Geralmente, o cotidiano deles se resume a cuidar da higiene pessoal, comer, ver televisão ou escutar rádio, conversar uns com os outros e dormir. Além disso, alguns idosos participam de atividades religiosas católicas realizadas no asilo, como a celebração do Terço da Misericórdia, feita por voluntários nas tardes de terças e quintas, e do Terço Vicentino, conduzido por membros da SSVP todo quarto domingo de cada mês. Há ainda os que vão à igreja, porém, isso ocorre sem uma frequência estabelecida, já que depende da disponibilidade de responsáveis que possam acompanhá-los.

Os internos com melhor condição física e mental, por possuírem maior autonomia, costumam desempenhar algumas tarefas do dia-a-dia. É comum ajudarem a tirar o lixo, levar as próprias roupas para a lavanderia, guardá-las e até mesmo cuidar de outros companheiros, etc. Essa autonomia lhes confere certa liberdade. Exemplo disso foi uma vez que presenciei um deles varrendo a rua, do lado de fora da instituição, sem nenhum responsável por perto, o que é dito como proibido pelos responsáveis pela instituição.

Independentemente se é dia de semana ou final de semana, época de frio ou calor, todos devem seguir os horários determinados pela instituição em relação à higiene e alimentação, etc. Não há flexibilidade desses horários para a alimentação, no entanto, no que diz respeito à higiene, os idosos mais independentes, física e mentalmente, podem escolher o momento de tomar banho.

Entre 7h e 7h30min é o horário que normalmente acordam. Logo após se despertarem, é servido o café da manhã (pão de sal ou pão doce, com manteiga, café puro ou com leite), por volta de 07:40. De acordo com a administração do asilo, todas as refeições são reguladas pela nutricionista, já que muitos possuem problemas de saúde. Às 8h é o horário de banho. Não há uma ordem a ser seguida, isto é, as auxiliares escolhem de forma aleatória quem toma banho primeiro. Esse processo demora em média duas horas para ser concluído. Logo após o banho, todos se concentram no pátio ou na área de convivência, ambos no nível inferior, ou no espaço coberto da ala masculina no nível intermediário, onde os idosos, em sua maioria homens, costumam passar o tempo. Já o pátio é frequentado tanto por homens quanto por mulheres, por isso é um local bastante misto. Uns ficam sentados lado-a-lado nos sofás, alguns praticamente imóveis - de vez em quando conversam entre si -, outros ficam circulando por lá e pelos quartos.

É nesse momento que é feita a limpeza e a organização dos quartos. Concluída a arrumação, alguns retornam a seus aposentos, onde permanecem boa parte do dia, por vezes sozinhos ou acompanhados pelos colegas de dormitório. Às 9h há outra refeição, composta por uma fruta ou vitamina. Às 11h o almoço é servido, com um cardápio que varia entre os dias da semana. Às 12h30min é distribuída uma sobremesa diet. Na parte da tarde, às 14h, há o café. Os idosos costumam comer pão de sal ou pão doce, ou biscoito, com manteiga, e café puro ou com leite. Às 17h horas ocorre o jantar, quando é servida uma sopa. Concluída essa refeição, os internos começam a se recolher para os quartos e voltam a ter contato somente às 20h, na ceia (leite com biscoito ou pão). Após esse horário, retornamos quartos para dormir.

Em relação ao convívio, de vez em quando ocorrem pequenos desentendimentos mas, na maior parte do tempo, é harmônico. Apesar dessas diferenças, uma prática recorrente no cotidiano é a de cuidar uns dos outros, é um ambiente muito cooperativo. Há internos mais reclusos, que não gostam de contato, inclusive alguns costumam se isolar nos quartos. No entanto, muitos procuram criar vínculos de amizade e até mesmo amoroso entre si.

Os laços de amizade, no entanto, não se restringem aos companheiros de instituição. Eles também ocorrem entre os idosos e os funcionários. Algumas vezes presenciei falas importantes que explicitam essas relações. Um dia estava assistindo à sessão de terapia ocupacional de uma senhora, e em um determinado momento da conversa, entre sorrisos, brincadeiras e risadas, ela disse que amava a terapeuta. Em uma outra ocasião, ouvi outra chamando uma das cuidadoras de mãe. Em uma entrevista com uma cuidadora, ouvi: “idoso é amizade”. Nota-se que os funcionários gostam de trabalhar no asilo, eles tratam os idosos com muito zelo e carinho. No dia-a-dia, conversam com eles, fazem brincadeiras, dão atenção, etc.

Para alguns, quando pergunto se gostam da instituição, eles respondem unicamente que lá são bem tratados.

O cotidiano do asilo é cheio de peculiaridades. É comum que os idosos peçam presente às pessoas que vão ao asilo, como sapatos, canetas, acessórios (brinco, colar, relógio) e até mesmo comidas diferentes da que estão acostumados a consumir. Uma curiosidade que causa estranhamento em um primeiro contato é o fato de alguns internos fumarem. A prática ocorre apenas em ambientes abertos e o número de cigarros disponibilizados a esses idosos é regulado pela médica do asilo, de acordo com a enfermeira chefe. Outro costume bastante presente no dia a dia de alguns é o de carregar objetos pessoais por todos os cômodos que transitam, como bonecas (principalmente as mulheres) e bolsas unissex com pertences pessoais (principalmente homens):

Fotografia 1



Fonte: Fotografia da autora

Fotografia 2



Fonte: Fotografia da autora

Fotografia 3



Fonte: Fotografia da autora

No contexto da instituição, destaca-se a singularidade de alguns quartos. Apesar dos idosos não poderem levar muitos objetos pessoais, quando entram para o asilo, devido ao espaço limitado, mesmo assim alguns conseguem transformar seus dormitórios em cantinhos personalizados, mais humanizados, cheios de suas individualidades, de suas identidades. Há um idoso que é católico muito devoto. Seu quarto é repleto de estátuas e imagens de santos. Sua parede é decorada com um mural de fotografias pessoais que chama bastante a atenção pela extensão. Um outro aposento também despertou curiosidade em mim. No dormitório de uma senhora, destacam-se almofadas decoradas e pôsteres de futebol pregados na parede, que revelam uma paixão calorosa pelo time do Cruzeiro.

O asilo também abriga histórias singulares, como a de dois idosos que se casaram na instituição, “de mentirinha”, como afirmam as funcionárias do asilo. Quando estão fora dos quartos, os dois permanecem juntos todo o tempo, fazendo companhia um ao outro. Outro caso interessante é de Francisca, uma idosa apaixonada por música, que adora cantar e gravar a própria voz. Na decoração de seu quarto há um violão pendurado na parede, presente de uma voluntária, além de um pandeiro guardado em uma caixa. Apesar de não saber tocar, de vez em quando ela utiliza os instrumentos com bastante entusiasmo, e adora quando pedimos para que “dê uma palhinha”.

Todos esses aspectos que encontrei sobre o cotidiano do asilo me fizeram pensar e refletir sobre o primeiro dia em que visitei a instituição. A impressão ao conhecer a entidade, pela primeira vez, foi de tristeza. Do lado de fora, cria-se uma imagem bastante negativa sobre esse tipo de local e dos idosos que vivem nele. Talvez tenha chegado com esta concepção prévia, mas após um tempo de convivência, ela se transformou. Não é que não haja tristeza e problemas, mas é que o asilo não se reduz a isso, como costumamos imaginar. Lá, deparei-me com várias realidades, inúmeras faces de um mesmo lugar, diversas micro-histórias que emocionam e comprovam a possibilidade de vivência do afeto e da identidade nesses locais.

5. SOBRE FOTOGRAFIA

5.1 A fotografia: um documento dotado de expressão

A fotografia surgiu como um novo código visual, diferente de qualquer outro existente antes do século XIX (pintura, desenho, etc.). A sua invenção representou uma ruptura das técnicas de registro iconográficos da época, por possibilitar a automatização e a serialização precisa da imagem (MAYA, 2008). Pela primeira vez, conseguia-se uma imagem mais próxima visualmente à realidade, ao menos segundo a maneira como ela era vista na época, fruto de um dispositivo mecânico que apreende o mundo tal qual ele se conforma aos olhos humanos, e a partir da conjunção de fenômenos óticos e processos químicos e físicos.

Durante o primeiro século de existência da fotografia, as teorizações acerca dela se reduziram a considerá-la como o espelho da realidade, isto é, uma reprodução fiel do mundo, um registro técnico, objetivo e transparente, isento de interferência humana, tomado como prova do real (ROUILLÉ, 2009). Essa percepção tem como fundamento central as noções de índice e ícone, dos estudos do semiótico Charles S. Peirce (ROUILLÉ, 2009).

Peirce situava a fotografia como um índice por estar ligada ao seu referente (objeto do mundo real) através de um processo de proximidade física (CASTRO; SANTOS, 2016), isto é, no ato fotográfico, o referente deixa um rastro luminoso no papel fotossensível, que se configura como uma prova, um indicativo de sua existência física (KOSSOY, 2009). A fotografia também é um ícone, pois representa seu referente por semelhança ao retomar as qualidades formais do mesmo (JOLY, 1996). De acordo com Rouillé (2009)

[...]as noções de marca, de rastro ou de índice tiveram a grande desvantagem de alimentar um pensamento global, abstrato, essencialista; de propor uma abordagem totalmente idealista, ontológica, da fotografia; de relacionar as imagens à existência prévia das coisas, cujas marcas elas, passivamente, apenas registram. Segundo tal teoria, 'a' fotografia é, antes de tudo, uma categoria da qual se devem extrair as leis gerais - não consiste nem em um conjunto de práticas, variáveis segundo suas determinações particulares, nem em um corpus de obras singulares. Essa recusa das singularidades e dos contextos, essa atenção exclusiva para com a essência, traz como consequência reduzir 'a' fotografia ao funcionamento elementar de seu dispositivo, à sua mera expressão de impressão luminosa, de índice, de mecanismo de registro. (p.17-18)

É a partir de seu caráter icônico, mas principalmente indicial que a fotografia ganha o status de documento, fato que conferiu credibilidade ao meio durante muito tempo. Essa concepção, no entanto, começa a se desfazer no decorrer do século XX. Novas teorias

começaram a apontar em direção a um denominador comum: a de que a imagem fotográfica é uma construção, codificada simbolicamente, que perpassa procedimentos técnicos, estéticos, ideológicos e culturais (KOSSOY, 2009). A partir desse momento se reconhece, na fotografia, uma dimensão mais subjetiva e fluida, repleta de possibilidades.

Assim, sem perder totalmente seu status de documento, ela passa a não ser mais tomada como uma “verdade” absoluta sobre a realidade. Segundo afirma Kossoy (2009), “as imagens fotográficas [...] não se esgotam em si mesmas (p.21)”, elas se configuram como ponto de partida para se investigar o passado, pois mostram apenas um fragmento da aparência das coisas, uma cena destacada de seu contexto original, intencionalmente planejada no momento do ato fotográfico. Para esse autor ela é uma representação que se configura a partir do real.

Antes considerada objetiva, a fotografia cede lugar a uma concepção que a percebe como uma imagem marcadamente construída, em que passa a se reconhecer e destacar mais a ação de seu autor em sua elaboração. Fotografar deixa de ser um ato mecânico, isento da ação humana, posto que por trás do equipamento, da máquina, há um sujeito que enquadra, seleciona e recorta. As escolhas feitas pelo fotógrafo são inúmeras, perpassam a seleção do assunto, o momento a ser retratado, os equipamentos a serem utilizados, os retoques na pós-produção, etc.

Se por trás da fotografia há um sujeito, por trás do sujeito há uma intenção, portanto a imagem fotográfica também deixa de ser um registro inocente. Assim como a escrita, é provida de intenções, ideologias e interesses das mais variadas naturezas (KOSSOY, 2009). Ela serve a diversos propósitos e usos (KOSSOY, 2009).

Ademais, a fotografia é por natureza, polissêmica (KOSSOY, 2009), isto é, ela oferece uma ampla gama de sentidos, várias interpretações de um mesmo real, portanto, não há como falar de apenas uma verdade, uma realidade fixa e imutável da imagem. Cada pessoa, ao observar uma fotografia, extrai um sentido, pois o processo de recepção da imagem, isto é, de decodificação da mensagem visual também é subjetivo, visto que depende da bagagem pessoal adquirida ao longo da vida, do contexto no qual o indivíduo se insere, entre outros fatores (Kossoy, 2009).

Kossoy (2009) lembra assertivamente que a fotografia se configura como

[...] uma realidade moldável em sua produção, fluida em sua recepção, plena de verdades explícitas (análogas, sua realidade exterior) e de segredos implícitos (sua história particular, sua realidade interior), documental porém, imaginária. Tratamos, pois, de uma expressão peculiar que, por possibilitar inúmeras representações/interpretações, realimenta o imaginário num processo sucessivo e interminável de construção e criação de novas realidades (p.48).

Tomando como referência esses conceitos, o fotolivro digital, produto final dessa pesquisa, se dedica a produzir imagens que servem à expressão, se propõem sensíveis e ao mesmo tempo poéticas, sem contudo negar seu traço com o objeto, o fato, o momento que a originou. A meu ver, as fotografias do trabalho buscam cumprir a proposta acima. Elas possuem força, tanto na narrativa que constroem, quanto nos elementos plásticos que empregam, tais como a luz, a opção pela linguagem em preto e branco etc. Além disso, trazem informações, mas não de forma objetiva, dura e pronta, pelo contrário: o cuidado com o conteúdo e com a estética delas pede uma pausa do olhar, uma observação mais atenta, mais reflexiva.

Acredito que essa preocupação com a profundidade da mensagem das fotografias, assim como com as formas com que o conteúdo é transmitido por meio dos elementos plásticos, possa ser um caminho possível à ética na fotografia, uma forma de nos aproximar do outro, tanto daqueles que retratamos, quanto daqueles que apreciam nossas imagens.

5.2 A ética na imagem

O mundo vem sendo cada vez mais mediado por imagens. Elas estão constantemente presentes em nosso dia-a-dia sob diversas formas - fotografias, filmes, vídeos, vários tipos e gêneros de programas televisivos, ultrassons, radiografias, imagens de satélites, etc (FABRIS, 2006) -, atribuindo vários sentidos ao que vemos e servindo a diversos propósitos e usos.

Embora as imagens já existissem no mundo e na imprensa há muito tempo, o aumento de seu uso ocorreu em dois momentos específicos: ao final do século XIX e início do século XX, com o desenvolvimento dos sistemas fotomecânicos e o advento das tecnologias digitais respectivamente (CAMARGO, 2012). Tem-se, diante desses dois marcos, especialmente do último, o fenômeno de massificação das imagens nas sociedades, no qual os meios de comunicação tiveram fundamental participação.

Hoje em dia, as mídias são responsáveis por grande parte da produção e veiculação de imagens e isso precisa ser refletido, na medida em que vivemos em uma sociedade midiaticizada, onde os meios de comunicação adquirem substancial importância no modo como as pessoas percebem o mundo e atuam sobre a realidade. (STASIAK, 2009). De acordo com Braga (2007), citado por Stasiak (2009)

a palavra “mediatização” pode ser relacionada a pelo menos dois âmbitos sociais. No primeiro são tratados processos sociais específicos que passam a se desenvolver (inteira ou parcialmente) segundo as lógicas da mídia. Aqui, pode-se falar em mediatização de instâncias da política, do entretenimento, da aprendizagem. Já em um nível macro, trata-se da mediatização da própria sociedade (p.141).

O “bombardeio” de imagens no contexto da sociedade midiaticizada em que nos inserimos, suscita uma discussão essencial: Quais limites éticos devem ser respeitados?

Historicamente, a atividade jornalística assentou-se sob valores éticos específicos que regem e legitimam a profissão (DEOLINDO; LOVISOLO, 2008). Segundo Karam (2009), entre eles estão “isenção, credibilidade, legitimidade social, interesse público, respeito à privacidade, sigilo de fontes, acurácia, precisão, rigor no método, busca pela verdade/verossimilhança, rechaço do plágio, entre dezenas de outros” (p.18). Interessa-nos discutir, neste momento, as condutas jornalísticas no campo das fotografias, buscando refletir sobre de que maneira elas podem se aproximar ou se distanciar dos ideais professados pela profissão. Para essa discussão, tomaremos o Código de Ética dos Jornalistas como uma de nossas referências, sabendo que ele é um eixo que norteia o fazer, mas lembrando que a ética não se prende ou se resume a códigos, pois diz respeito, primeiramente, ao entendimento, à consciência de nosso papel e ação enquanto jornalistas diante do mundo social em que atuamos. A ética portanto, como postura, cuidado, preocupação deve estar presente em todas as fases da concepção à produção jornalística, isto é, deve perpassar a maneira como o assunto será pensado, abordado, retratado, narrado, o processo de pós-produção, até à veiculação da imagem.

A partir dessa compreensão mais ampla que cito acima, e retomando agora alguns aspectos deontológicos, com vistas a avançarmos nessa discussão, a primeira e fundamental questão de ordem legal com a qual o fotógrafo se depara ao retratar alguém é o direito de imagem, previsto na Constituição Federal. Ele se caracteriza como um direito disponível, isto é, a imagem pode ser licenciada a terceiros perante a permissão de seu titular (LEME, 2011).

No entanto, ressalta-se que, mesmo consentido, o uso que se faz da imagem de terceiros deve ser responsável. De acordo com a Constituição Federal, artigo 5º, inciso X, “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. Segundo o Código de Ética dos Jornalistas, de 2007, instituído pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), o jornalista deve “tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar”, além de “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos,

dos negros e das minorias”. Tendo em vista esses três preceitos, o conteúdo das imagens não deve ferir a dignidade do fotografado, isto é, expor o personagem de algum produto jornalístico a situações humilhantes e/ou degradantes, ou invadir sua privacidade. O seu mau uso pode acarretar em processos judiciais, além da descredibilização do fotógrafo ou do veículo que escolhe divulgar a imagem.

Atílio Avancini (2015) aproxima o princípio ético às práticas dos grandes fotodocumentaristas sociais do fim do século XIX e início do século XX, pois, segundo ele, esses fotógrafos não buscavam conseguir “grandes histórias” do ponto de vista mercadológico ou um rendimento financeiro maior que o previsto. O compromisso deles era prioritariamente com a contribuição social que a fotografia poderia proporcionar, tais como a defesa da cidadania e a denúncia de práticas arbitrárias. É claro que não há como generalizar tal postura, entendendo que todos agiam assim, mas é fato que muitos deles eram movidos pelo laço estabelecido com a sociedade, por sua responsabilidade jornalística. De acordo com o autor, esse tipo de imagem se pautava pela profundidade de seus conteúdos, pelo envolvimento com e nas situações documentadas, percebidos através da “coordenação precisa entre o elemento humano e o espaço sócio-cultural” (AVANCINI, 2015, p.5).

Boni (2008) situa o fotodocumentário social como um meio de denúncia e de intervenção na sociedade. Nesse sentido, afirma que as temáticas se direcionavam a explorar as mazelas sociais, por isso assuntos como a fome, os conflitos étnicos e religiosos, a desigualdade social e as guerras eram recorrentes. Havia, portanto, imagens que chocavam, fotografias explícitas de dor, de miséria, que muitas vezes expunham seus personagens. Contudo, eram práticas vistas como legítimas e necessárias, pois se configuravam como um meio de relatar uma situação extrema de injustiça, de violência, com o propósito de intervir no mundo a partir da luta por uma sociedade melhor. A respeito disso, Boni (2008) discorre:

A necessidade e importância dessas fotografias são indiscutíveis. É por meio delas que pessoas adquirem conhecimento sobre episódios inaceitáveis que ocorrem no planeta e podem se mobilizar e/ou agir para modificar a situação. Sem elas, milhares de indivíduos, afetados por problemas sociais como miséria, guerras, intolerância étnica e religiosa, não receberiam ajuda humanitária. Além disso, a degradação do meio ambiente e a extinção de animais silvestres também estariam fadados à obscuridade. A fotografia tem a capacidade de mostrar com maior intensidade – e eternizar – as emoções que fluíram no momento do registro. Na maioria das vezes, em razão de veemência do imagético, ela gera maior impacto que outros meios. (p.3)

Já citando um mal exemplo, Camargo (2012) caracteriza as práticas do jornalismo de tabloides populares, folhetinescos, como os denomina, como uma postura antiética, na medida

em que esse tipo de imagem se pauta pela sensacionalização da situação retratada, a espetacularização promovida às custas da dor e do sofrimento do outro, a utilização da fotochoque com o único intuito de atrair leitores. O Código de Ética dos Jornalistas reforça essa questão ao determinar que o jornalista não pode divulgar informações “de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes”. Avancini (2015) afirma que a mídia está tão saturada de imagens produzidas com a intenção de causar indignação e violência, que o leitor perde a capacidade crítica de interpretar e reagir ao que está retratado. Barcelos (2015) sinaliza que uma maneira de perceber atitudes antiéticas é conferir se a informação representada é essencial para a compreensão de dada realidade, ou se ela apenas “coisifica” a pessoa, a trata como mero instrumento para chocar, causar piedade, aumentar audiência, etc.

Boni e Cól (2005) acreditam em um caminho possível à ética na imagem através da sugestão. Sugerir também é uma maneira de mostrar a verdade, ao invés de expor de forma indevida quem está sendo retratado (BONI; CÓL, 2005). Nesse sentido, a legenda ou o texto da reportagem seriam um apoio para ratificar essa verdade. De acordo com os autores, esse tipo de imagem quase sempre instaura a discussão, pois as pessoas passam a buscar as circunstâncias, o contexto e as causas do evento. Ela oferece subsídios para que o espectador possa avaliar a situação, mais que as cenas onde o horror e a violência são explícitos. Segundo eles “Um pouco maior é a meta de sensibilizar, sem chocar, de se ater à capacidade de explorar a dor e o horror usando a especialização técnica e a criatividade.” (BONI; CÓL, 2005)

Pensar a ética na imagem fotográfica, em um mundo digital, onde as ferramentas de edição de imagem são bastante avançadas, acessíveis e permitem ajustes de diversas naturezas, implica também, e necessariamente, em refletir sobre a manipulação a que são submetidas as fotografias. A edição é uma prática muito comum e recorrente nos dias de hoje. As imagens normalmente são responsáveis por deter a atenção dos espectadores, portanto, elas devem ser visualmente atrativas. Nesse sentido, os retoques podem ser uma maneira de conferir um melhor aspecto plástico às fotografias.

No entanto, para os meios que trabalham com a informação, esse processo de pós-produção sempre deve possuir, como premissa, o compromisso e a responsabilidade de se pautar pela ética. Camargo (2012) menciona que em face de condições adversas no momento do registro fotográfico, a imagem pode necessitar de retoques, no entanto, essa intervenção deve ser de baixo impacto, isto é, não pode alterar o sentido e a informação. Sobre isso, o Código de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) instrui que os profissionais devem

“rejeitar alterações nas imagens captadas que deturpem a realidade, sempre informando ao público o eventual uso de recursos de fotomontagem, edição de imagem, reconstituição de áudio ou quaisquer outras manipulações”.

A intervenção humana ou a manipulação não se dão apenas no contexto de pós-produção, elas também podem estar presentes no momento do ato fotográfico, através do modo como o fotógrafo se dispõe a retratar a situação (CAMARGO, 2012). Nesse caso específico, figura-se uma atitude antiética quando mente-se a cena, isto é, ilude-se o leitor através da representação de algo que não aconteceu na realidade (CAMARGO, 2012). Sobre isso, o Código da FENAJ diz que o jornalista não pode “submeter-se a diretrizes contrárias à precisa apuração dos acontecimentos e à correta divulgação da informação”. Barcelos (2015), fala sobre a importância de reportar os fatos de forma consciente, isto é, evidenciando o contexto das imagens, as conexões e causas, para que o leitor possa compreender a situação retratada.

Enfim, falar sobre ética no jornalismo é propor uma reflexão sobre o nosso papel enquanto profissionais que lidam a todo tempo com seres humanos que carregam vivências, sentimentos, histórias, é compreender, portanto, nosso lugar de responsabilidade e compromisso com o outro. Considerando, é claro, toda a lógica deontológica que nos ajuda a lidar com as situações de ordem prática a contemporâneas. Por jornalismo ético entendo ser o ato de contar histórias para o outro e pelo outro, através de narrativas que aproximam e acolhem; diminuem distâncias; dão voz, expressão e vez; são profundas, densas, sensíveis, humanas, democráticas, transparentes, plurais, acessíveis, contextualizadas; que se pautam pelo respeito, diversidade e dignidade humana. Todos esses valores conferem um sentido maior à profissão, sem eles é impossível falar em um “bom jornalismo”, em um fazer engajado, comprometido com o outro.

5.2.1 A experiência ética no trabalho de campo

Discutir sobre ética na teoria me pareceu mais fácil que me deparar com algum dilema desta natureza na prática. A diferença de complexidade, para mim, residiu no fato de que na teoria houve tempo suficiente para refletir sobre as condutas éticas que dizem respeito a esse projeto, ao contrário do que ocorreu na prática, quando muitas vezes estava com a câmera na mão e precisava fazer uma escolha rápida. Nesse último caso, a tomada de decisão partiu mais do *feeling* do momento e da consciência pessoal sobre a minha responsabilidade para com os

meus personagens, do que de uma reflexão mais aprofundada, o que pude fazer posteriormente, com mais calma, quando senti necessidade.

A primeira questão de ordem ética que me ocorreu quando estava no asilo foi a do direito de imagem. Todos são curatelados, o que implica na responsabilidade legal da instituição por seus residentes. Tendo em vista a preocupação de legitimar o meu trabalho juridicamente e, conseqüentemente, resguardar a mim e aos idosos, era necessário que a presidente do asilo, como curadora deles, autorizasse a captação e veiculação da imagem dos personagens. E assim foi feito, via documento escrito²⁶.

Contudo, algo parecia não bater nesta equação. E os idosos? Mesmo que legalmente não fosse preciso que consentissem, seria ético não pedir permissão? A meu ver, não. Mas a direção afirmou haver a existência de laudos médicos atestando o comprometimento cognitivo deles, o que teoricamente tornava a situação mais complicada. Como seria possível pedir autorização a alguém que se encontra nessa condição? Seria prudente então recorrer às famílias dos idosos? Mas como, visto que a grande maioria não possuía parentes ou estava abandonada?

Eu não compartilhava da mesma opinião que a direção, apesar de entender e respeitar que a presidente do asilo era de fato a responsável legal e que possuía, do ponto de vista deontológico, autoridade e legitimidade. Percebi, através de conversas, que alguns aparentavam bastante lucidez, inclusive para pedir que não fossem fotografados – ato que eu acolhia prontamente com extremo respeito -, quando perguntados por mim se eu poderia o fazer. Foi o caso de Nilza, uma senhora fanática pelo Cruzeiro, time de futebol de Minas Gerais. O quarto dela é decorado com quadros, pôsteres e fronha do time, uma personagem singular, que, sem dúvida alguma, eu gostaria de fotografar. Contudo, ela não queria, o que foi uma grande pena. Por ética, entendo ser isso: abrir mão de uma boa história, uma boa imagem, em respeito ao outro, à vontade, estado e momento dele. Isto vale mesmo quando a pessoa não diz expressamente, até porque não precisa - sem excluir a importância do jornalista em pedir o consentimento do personagem -, pois a meu ver, no fundo, consciente ou inconscientemente, cada um sabe quando e o que deve ou não fotografar, especialmente se olha para esse outro com o respeito e atenção que lhe são devidos. Assim, às vezes apenas um gesto de recusa, a depender de sua ênfase e assertividade, já me fazia não fotografar quem o manifestava.

Em alguns instantes, cenas ricas em força e conteúdo surgiram diante de minha lente, momentos decisivos, os quais eu não poderia deixar escapar. Nesses casos, não havia tempo de

²⁶ Considerando que o acesso ao trabalho é público e que o documento de autorização de imagem porta dados pessoais da presidente do asilo, ele não foi anexado a esse memorial.

perguntar se eu poderia tirar a foto. Nessas ocasiões e diante de uma não recusa expressa, tomava como referência, o que Erivam (2010) denomina de autorização tácita e também de informação de interesse público, tendo em vista a difusão de conhecimentos e ideias e a valorização do ser humano.

Embora o direito de imagem seja de ordem constitucional, e, portanto, a autorização para fazer uso da imagem de alguém devesse ser expressa, é inegável, principalmente no jornalismo, a existência da autorização tácita. [...] Se o jornalista se apresenta como tal, entrevista, fotografa etc., como negar que o entrevistado está concordando tacitamente com o uso de sua imagem? [...] Se, por um lado, todos têm direito à preservação de sua imagem, a imprensa tem o direito de informar, valendo-se das imagens das pessoas, sem sua expressa autorização, como decorrência da liberdade de expressão e pensamento. [...] A liberdade de imprensa só tem razão de existir enquanto está a serviço do público [...]. [...] Portanto, estando presente o interesse social, fica valendo o direito de imprensa; ausente este, prevalece o direito de imagem. [...] A qualidade de interesse público, por si só, porém, não deve servir como critério único para que a liberdade de imprensa se sobressaia. É preciso que esse interesse seja provocado por notícia essencialmente jornalística, atuando na preservação dos valores que deram origem à garantia constitucional da liberdade de imprensa, à difusão de conhecimento e ideias e à valorização do ser humano. (p.152-154)

Embora concorde com boa parte do que propõe o autor acima, nunca sobrepus o direito à informação, de imprensa, ao direito que os fotografados me concederam para retratá-los. Sempre me pautei por esse consentimento ou recusa, expressos por palavras ou gestos.

Além da questão do direito de imagem, uma outra situação se mostrou um desafio a esse trabalho: em junho desse ano, após ficar quase cinco meses sem ir à instituição, precisei retornar para tirar mais fotografias. Faltando apenas uma semana para a entrega final do trabalho, as imagens de que dispunha eram insuficientes para finalizar o fotolivro a que me propus montar. Diante deste impasse, inevitavelmente surgiram alguns questionamentos: como fazer mais imagens em um curto período de tempo, sem colocar em risco a postura e o cuidado éticos construídos gradativamente durante meses? Como evitar que o pouco tempo implicasse em atitudes que desvalidassem todo o processo de aproximação, de conquista da confiança, respeito e afeto? Nessa retomada do trabalho de campo, eu não podia agir de forma fria e objetiva, atropelando, ignorando ou passando por cima da relação que havia sido estabelecida com os idosos. Então eu chegava, cumprimentava quem eu avistava e conversava um pouco. Ao iniciar o papo, explicava de forma educada que eu não poderia estendê-lo por muito tempo, pois precisava tirar mais fotografias. Porém, após conseguir as imagens, eu voltava e retomava a conversa.

Estar tanto tempo sem nenhum tipo de contato também fez com que eu sentisse culpa e me questionasse sobre meu papel não só como jornalista, mas também como ser humano. Até

onde deveria ir meu compromisso com o outro? Ele deveria se restringir apenas ao projeto, ou se estender para a vida? Em outras palavras, após supor ter concluído o trabalho de campo, eu não deveria ter continuado com as idas ao asilo? Essa era uma questão que me incomodava e ecoava internamente. E os idosos? E a conexão afetiva que eu havia criado com eles? Tudo isso deveria ser apenas uma boa lembrança? Seria justo com eles se assim o fosse? É fato que não será possível visitá-los com tanta frequência, como ocorria durante a execução do trabalho, já que também me dedico a outras tarefas, mas lá no fundo, sinto que preciso ir vê-los de vez em quando.

Como já dito anteriormente, durante todo o trabalho houve uma preocupação, um cuidado em adotar uma postura ética, não só na captação mas em todas as etapas de produção, como o que discorrerei sobre a edição mais adiante: o que mostrar e o que me parecia, mesmo consentido por eles, uma invasão indevida de sua intimidade. No caso específico da captação, esse cuidado primeiramente se dava em relação a fazer uma aproximação que respeitasse o tempo e a vontade dos idosos. Posteriormente, em relação a explicar aos idosos qual era o propósito do trabalho, das fotografias e o uso que seria feito delas. Em seguida, referente a pedir a autorização deles verbalmente para fotografar. E, por último, concernente ao modo, momento e situação que eu iria fotografar. Sei que isso não esgota todas as questões que me inquietam pela condição de serem curatelados, mas tentei me pautar pelo que mais me fazia sentir que a ética dessas imagens estava sendo preservada.

5.3 O ensaio fotográfico e o fotolivro: uma aproximação

A fotografia pode ser pensada a partir de vários gêneros, formatos e suportes específicos a depender do uso a que o fotógrafo deseja fazer da imagem. Pensando nessa questão, para esse projeto, tratarei de dois conceitos que, apesar de interligados, serão discutidos separada e respectivamente, são eles: o ensaio fotográfico e o fotolivro. Como será visto mais adiante, esses dois gêneros se aproximam na medida em que se utilizam de uma sequência de imagens, interrelacionadas entre si, para formar uma narrativa, contar uma história.

Semanticamente, o termo ensaio possui como uma de suas referências, o campo da literatura, configurando-se como um gênero textual emergido no século XVI, cujo principal precursor foi o filósofo francês Michel Eyquem de Montaigne (SILVA; DA SILVA, 2001). Durante alguns períodos de sua vida, Montaigne se dedicou a escrever textos de diversas

temáticas, que posteriormente foram publicados em três edições intituladas pelo filósofo como “Essais”, termo francês correspondente à palavra em questão, etimologicamente definida como prova, experimento, tentativa (SILVA; DA SILVA, 2001). Montaigne conferiu esse nome aos seus escritos por concebê-los como uma tentativa, um experimento de discutir seu ponto de vista sobre diversos assuntos (FIUZA; PARENTE, 2008). A partir dessas três obras do filósofo, caracterizadas pela subjetividade, pela liberdade de expressão e de estruturação textual, o gênero passa a apresentar contornos básicos que integram a produção ensaística (SILVA; DA SILVA, 2001).

Atualmente, apesar de não haver consenso nas bibliografias existentes sobre o que seja um ensaio, há a concordância em relação a algumas características que compõem o gênero (SILVA; DA SILVA, 2001). De forma breve e geral, o ensaio é tomado como um texto em prosa, não-ficcional, em que o autor/intérprete expõe, de forma reflexiva e com liberdade compositiva, sua visão pessoal sobre determinado tema (SILVA; DA SILVA, 2001).

Apesar do ensaio ter surgido como um gênero associado à escrita, ele não se restringiu apenas a ela, tendo sido portanto assimilado por outras linguagens, conservando algumas características e incorporando outras. No campo da fotografia, não é possível precisar com exatidão onde, por quem ou quando foi produzido o primeiro ensaio (FIUZA; PARENTE, 2008). Porém, o foto ensaio se consolidou nas décadas de 20 e 30, do século XX, através das revistas ilustradas (FIUZA; PARENTE, 2008), publicações em que as histórias eram contadas, em sua maior parte, visualmente, por meio de uma sequência de fotografias.

Por definição, o ensaio fotográfico ou foto ensaio consiste no ato de selecionar algumas fotografias a partir do conjunto de imagens disponíveis e ordená-las em uma sequência intencional e subjetivamente concebida, a fim de criar uma narrativa (FIUZA; PARENTE, 2008). Nesta sucessão, apesar de cada imagem revelar um aspecto diferente sobre o assunto (ELIAS apud FIUZA; PARENTE, 2008), há um diálogo, uma unidade, uma coesão entre elas, visto que estão conectadas por um aspecto em comum: o fio condutor da história (FIUZA; PARENTE, 2008).

Todo esse processo é guiado e desenvolvido a partir da perspectiva pessoal do fotógrafo, que faz um movimento de interpretação e reflexão sobre a realidade que narra (desde o ato fotográfico até a edição, tomada neste contexto como o processo de seleção e ordenamento de imagens), e portanto rearranja, reconstrói de maneira a transmitir sua visão e percepção acerca daquele assunto. Ele atua em todas as etapas de produção, escolhendo o tema do ensaio, a estética das fotografias, as imagens que constituirão o trabalho, a definição da mensagem a ser

transmitida pelo ensaio e a montagem pensada para a apresentação (FIUZA; PARENTE, 2008). Segundo Dulcilia Buitoni (2011), tratando mais especificamente do fotojornalismo, “o ensaio fotográfico é uma fotorreportagem em profundidade, onde o fotógrafo pode exercitar seu lado criador” (p.94-95).

Esse tipo de produção se propõe a ser consistente, profunda, reflexiva e a portar informações, mesmo que sensoriais e subjetivas (FIUZA; PARENTE, 2008). Por sua liberdade estrutural e compositiva, é permitido o uso de ilimitado número de fotografias, produzidas por uma ou mais pessoas, de natureza encenada, fotomontada ou manipulada digitalmente. Esse último aspecto se justifica, pois como afirma Travassos (2014), ao parafrasear Machado (2002)

a sua verdade não reside apenas num registro do real, mas em um processo de busca e exame do mundo a partir de um olhar conceitual [...]. O que importa é a construção de uma reflexão sobre o mundo, que surge sem as amarras de uma realidade explícita, mas que parte de um ponto de vista singular, desenvolvido a partir da observação do nosso entorno (p.26)

Situando-se no campo da expressão, do sensível, o ensaio fotográfico propicia um trabalho fortemente autoral, repleto de possibilidades e potencialidades.

Concluídas as reflexões acima, podemos partir para a discussão do produto final desse trabalho: o fotolivro. Como afirma Gerry Badger (2015) no artigo “Por que fotolivros são importantes”, traduzido pela revista *Zum*, o fotolivro pode ser encontrado desde 1839, mas apenas recentemente ganhou a devida atenção, tendo seu potencial reconhecido. Em “Fotolivros latino-americanos”, de 2011, Horacio Fernández aponta a escassez de estudos existentes sobre o gênero até o momento e reitera a posição de Badger (2015) a respeito do recente interesse por esse tipo de publicação. Como revela Fernández (2011), a crescente visibilidade desse produto de comunicação se deve ao fato dele ser considerado um ótimo meio de veicular conjuntos de fotografias, tanto por sua capacidade comunicativa e expressiva, quanto por aspectos como facilidade de transporte, maior durabilidade e alcance de público, se comparado às exposições, por exemplo.

Como o próprio nome já diz, fotolivros são livros caracterizados pela predominância de fotografias em detrimento de elementos verbais, de acordo com Badger (2015). Essas fotografias devem seguir a mesma lógica do ensaio: formar uma sequência encadeada por uma narrativa coerente. Muito além disso, fotolivros são obras que apresentam uma articulação entre projeto gráfico, imagem e texto, como afirma o autor, compondo uma unidade visual, narrativa

e ideológica e conferindo sentidos ao que se deseja representar, discutir e refletir. Em toda a sua construção há uma intencionalidade por trás, motivo pelo qual todos os elementos se encontram conectados. Em uma outra definição, Badger (2015) considera esse tipo de publicação como uma obra que ultrapassa sua funcionalidade como método de documentação, se configurando também como uma arte em si mesma, composta por estrutura entrelaçada e nexos entre as ideias. Fernández (2011), em busca de identificar se as produções latino-americanas que investigava eram fotolivros ou não, estabeleceu os seguintes critérios para considerá-las como tal:

Buscamos redes de relações entre fotografias, textos e outros materiais visuais em cuja criação o design gráfico tem papel central. Uma sequência de imagens, o texto que as acompanha, a montagem, a composição e a ordem das páginas, as capas e as sobrecapas, a tipografia e as características materiais do papel e da encadernação, a qualidade de impressão. [...] por serem autorais, a intervenção do fotógrafo na edição parece um requisito imprescindível, o que exclui necessariamente os livros publicados depois de seu falecimento. [...] não levar em conta as ontologias nas quais as partes tenham mais importância que o todo, os conjuntos incoerentes, sem relações internas entre as imagens. (p.16-17)

Badger (2015) lembra que o fotolivro se realiza enquanto produto democrático ao possibilitar diversas formas de representação do real por meio da fotografia. Sendo assim, uma de suas várias características é a liberdade criativa, fazendo com que haja uma produção rica e plural. Segundo ele: “Contanto que o livro constitua uma declaração compreensível e integrada, vale tudo”. O autor também tem o fotolivro como um objeto político, e acredita que esse é um dos motivos que o torna tão importante. Político no sentido de refletir a visão de mundo do autor, de ser autoral e por isso, singular.

Em seu artigo, Badger (2015), citando o pensamento de John Gossage²⁷, coloca como fatores importantes ao fotolivro, um trabalho de qualidade, cujo conteúdo detenha a atenção e interesse do leitor, além de um projeto gráfico que valorize todo o material. Na visão de Fernández (2011), o sucesso desse tipo de produção não reside apenas na qualidade das imagens, mas depende, acima de tudo, de decisões adequadas em relação ao projeto gráfico e ao processo de edição, sendo essas duas etapas decisivas em todo o processo.

²⁷ O artigo não cita a obra referente ao autor e nem o ano em que ela foi publicada.

6. A CONSTRUÇÃO DO FOTOLIVRO DIGITAL

6.1 O processo de captação, edição e tratamento das fotografias

O trabalho de captação das imagens foi realizado durante os meses de outubro e novembro de 2017, janeiro, fevereiro, junho e julho de 2018. Ao todo, foram tiradas 574 fotografias utilizando-se uma câmera DSLR Canon T5i e duas lentes, uma de 55mm e 75mm-300mm, ambas da marca Canon.

O maior desafio nessa etapa foi a baixa luminosidade de alguns ambientes do asilo, principalmente os que eram fechados. Com um cenário de luz desfavorável, não houve grande flexibilidade do ISO, diafragma e obturador. Como eu não dispunha de um tripé, a velocidade precisou se manter praticamente fixa em 1/60 segundos para não borrar a foto, restringindo ou impossibilitando o congelamento de cenas em movimento, por exemplo. A maioria das fotos foi tirada com diafragma mais aberto para facilitar a entrada de luz, ocasionando uma limitação na profundidade de campo. Ainda assim, o ISO precisou atingir valores altos em algumas fotografias. Levando em consideração essas pontuações, algumas imagens não ficaram totalmente nítidas, apresentando alguns grânulos. Além da dificuldade técnica, também houve um desafio em relação à montagem e organização da composição. Alguns ambientes eram caóticos por concentrarem muitos objetos e pessoas, tornando difícil conseguir um enquadramento limpo, sem muitas interferências visuais indesejadas por mim. Apesar de todos os problemas enfrentados na etapa de captação, o resultado técnico e estético final alcançados, na minha concepção, foi positivo.

Das 574 imagens captadas, cheguei a um conjunto de 34 fotografias. A narrativa criada por elas se desdobra em três temáticas macros: o cotidiano, a identidade e o espaço, sendo cotidiano e espaço também entendidos como aspectos identitários. Por meio dessas três perspectivas, ela procurou trazer uma visão que problematiza e reflete parte do que é o asilo, a que pude ter acesso. Deste modo, busquei retratar vivências positivas, personagens e histórias singulares que, a meu ver, são encantadores, sem contudo ignorar os aspectos negativos encontrados.

O ensaio fotográfico também apresenta micro temáticas que, em sua maioria, existem em oposição umas às outras ao longo do ensaio. Como exemplo, é possível citar: realidade x fantasia (fotografias 4 e 5), cuidado x descuido, inércia x movimento, liberdade x restrição (fotografias 8 e 9), solidão x companhia (fotografias 6 e 7) etc. A dualidade presente no discurso

se configura como um dos elementos que conecta as imagens, justificando, portanto, a escolha da disposição sequencial entre elas.

Fotografia 4



Fonte: Fotografia da autora

Fotografia 5



Fonte: Fotografia da autora

Fotografia 6



Fonte: Fotografia da autora

Fotografia 7



Fonte: Fotografia da autora

Fotografia 8



Fonte: Fotografia da autora

Fotografia 9



Fonte: Fotografia da autora

De forma geral, a narrativa do ensaio parece-me consistente, no sentido de que busca contar histórias dotadas de força e profundidade, com o intuito de sensibilizar o espectador. São imagens que muitas vezes recorrem ao simbolismo, ao invés da informação óbvia, direta, didática, e por isso talvez sejam mais sugestivas e reflexivas, pedindo uma pausa ao olhar, uma observação mais atenta. O que pretendi com estas fotografias foi fazer um convite ao espectador a mergulhar no ambiente do asilo, nos personagens e suas vivências. No processo de edição, todos esses aspectos pontuados acima também foram decisivos na escolha das imagens que integrariam o fotolivro.

A estética sensível e a poética, além de estarem presentes no conteúdo das fotografias, também se revelam por meio de decisões plásticas tomadas na imagem. Nesse sentido, o processo de tratamento fotográfico exerceu um papel essencial, ao potencializar visualmente a manifestação desses conceitos. O emprego da linguagem em preto e branco, por exemplo, além de ser uma preferência pessoal, confere dramaticidade e expressividade à cena retratada, ampliando a sua força. A escolha por deixar as linhas das fotografias marcadas também foi outro recurso que teve como objetivo gerar mais expressividade. Um outro exemplo de artifício utilizado merece destaque, a meu ver, quanto ao resultado plástico obtido: o efeito de movimento aplicado ao plano de fundo da imagem 10. A fotografia, anteriormente com excesso de informação no segundo plano, passa a ter maior destaque do primeiro plano.

Fotografia 10



Fonte: Fotografia da autora

Fotografia 11



Fonte: Fotografia da autora

Neste momento, já partindo para uma discussão mais geral sobre o processo de pós-produção das fotografias, interessa-me destacar alguns pontos. O tratamento inicial, entendido como os ajustes de brilho, contraste, cor, exposição e cortes, foi feito por mim no Adobe Photoshop 2015. Para aperfeiçoar a qualidade plástica de algumas imagens, era preciso ter conhecimento de noções mais avançadas em relação ao uso da ferramenta, fundamentos aos quais eu não possuía domínio e nem tempo hábil para concretizá-los. Por esse motivo a designer gráfico, Ariane Calista Almeida Vieira, contratada para diagramar o fotolivro, realizou um tratamento final nelas, sob minha supervisão. Ao total, doze imagens foram retocadas, em sua maioria, com o objetivo de uniformizar a luz e amenizar a interferência de elementos do fundo no primeiro plano.

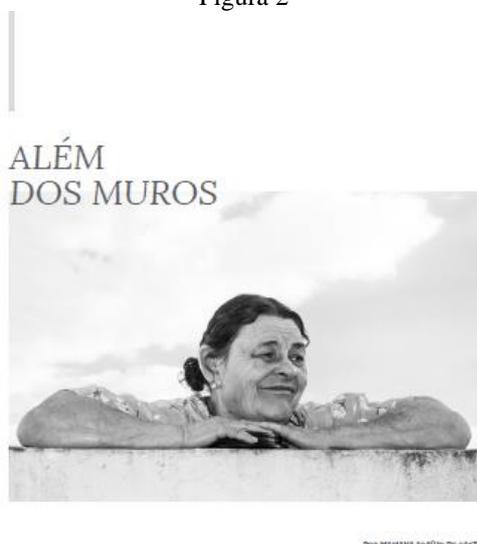
6.2 O projeto gráfico

Após o processo de edição e tratamento das fotografias, iniciou-se a elaboração do fotolivro digital. A montagem começou na primeira semana de Julho de 2018 e se estendeu até o fim de novembro. Antes de chegar à versão final do produto, foram desenvolvidos outros cinco esboços. A princípio, havia contratado o jornalista Aprigio José Vilanova para diagramar o fotolivro, e, com ele, criei os dois primeiros modelos do trabalho. Porém, passados dois meses, optei por seguir com a designer gráfico, Ariane. O motivo da mudança foi a necessidade de

haver um contato mais próximo, já que a comunicação com o Aprigio era feita à distância, pelo fato dele morar em outro estado.

O fotolivro foi elaborado no Adobe InDesign e hospedado na plataforma Issuu. Diagramado na configuração *widescreen* (16:9), formato considerado mais próximo ao olho humano e por isso, mais agradável à visão, o produto possui um total de 68 páginas, se estruturando em: capa, folha de rosto, ficha técnica, dedicatória e agradecimentos, texto de introdução, páginas de fotos e legendas, e contracapa. Tendo em vista o objetivo de facilitar a discussão do trabalho, ele será explicado desde o início, por partes, sempre deixando um comentário quando surgir algum aspecto novo ao longo de sua estrutura. Portanto, considerando a ordem em que os elementos aparecem no fotolivro, a capa se constitui como o ponto de partida da análise:

Figura 2



Fonte: *Print screen* do PDF do fotolivro

O título escolhido para o trabalho é metafórico e alude ao recorte proposto pela narrativa: o de apresentar uma visão que retrata além dos aspectos negativos encontrados no asilo. A fotografia dialoga com o nome do produto, corroborando o enquadramento ideológico estabelecido por ele. A imagem retrata o objeto “muro”, um elemento dotado de simbolismo, que indica distanciamento, separação, impossibilidade de ver o que está do outro lado, entendido metaforicamente aqui, como um olhar preconceituoso. Porém, ao enquadrá-lo ocupando pouco espaço na cena, isto é, com menos destaque, ele é suplantado pela figura da senhora, cujo semblante transmite uma mensagem positiva.

Graficamente, a capa apresenta um efeito visual interessante, já que a linha-guia direciona o olhar para o título, o título para a fotografia, a fotografia para o texto de autoria e o texto de autoria para a página seguinte, impondo uma leitura sequencial e hierarquizada desses componentes. Além disso, ela porta recursos e conceitos da identidade visual utilizada para compor todo o fotolivro, como a linha-guia, legibilidade, respiro visual e dualidade. Detendo-me um pouco mais na dualidade, na capa, ela está representada pela oposição entre a fonte serifada do título (*Lora*) e a sem serifa (*Ralleway*) no texto de nomeação da autoria. Abordando um pouco mais sobre as tipografias utilizadas, a fonte Lora foi aplicada ao título e ao mesmo tempo ao corpo de texto. Essa decisão foi tomada, pois, além de ter ficado esteticamente agradável e confortável, a nosso ver, meu e da diagramadora, ela é a que representa a identidade do projeto mais fortemente, pelo contraste moderado e significado mais artístico, de acordo com a sua descrição no *Google Fonts*.

Logo após a capa vem a folha de rosto. A página que a acompanha (à esquerda) foi deixada em cinza claro, cor escolhida para a identidade do projeto. O tom utilizado foi mais claro para evitar que competisse visualmente com as imagens. Já a opção pelo cinza, se explica em função da complementariedade estética e de sentido que ela exerce em relação à linguagem p&b das fotografias, compondo sua gama tonal e ajudando a valorizá-la. Outro recurso que a folha de rosto traz e que se repete ao longo do fotolivro é a aplicação pontual de azul cobalto em algumas palavras, com o objetivo de hierarquizar a informação, destacando aquilo que considero mais importante dentro do texto.

Figura 3



Fonte: *Print screen* do PDF do fotolivro

Na sequência da folha de rosto, há a ficha técnica. Ela é uma página planejada a partir da dualidade, que se concretiza por meio da oposição de lados entre o texto descritivo e a marca da universidade.

Figura 4

FICHA TÉCNICA

ORIENTAÇÃO

Prof. André Luís Carneiro

REALIZAÇÃO E DIREÇÃO EDITORIAL

Mariana Araújo de Castro

FOTOGRAFIAS E TEXTOS

Mariana Araújo de Castro

EDIÇÃO E PRIMEIRO TRATAMENTO FOTOGRÁFICO

Mariana Araújo de Castro

TRATAMENTO FOTOGRÁFICO FINAL

Arlene Calista de Almeida Vieira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Arlene Calista de Almeida Vieira

REVISÃO

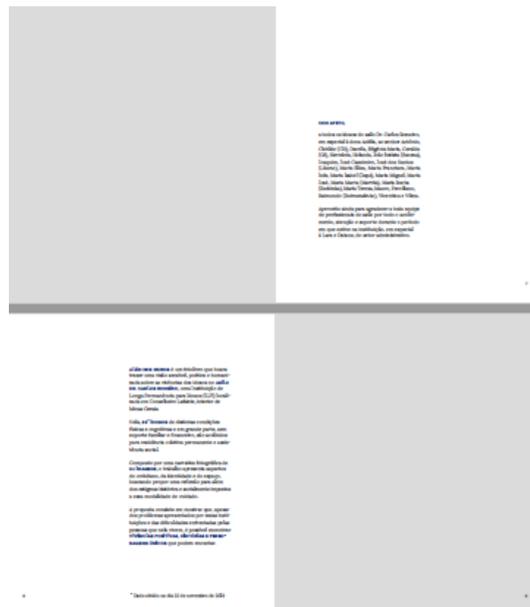
Mariana Araújo de Castro



Fonte: *Print screen* do PDF do fotolivro

Avançando para os dois elementos estruturais seguintes, a dedicatória e o texto de introdução, respectivamente, percebe-se que eles dialogam entre si através da dualidade. O conceito está presente de duas formas: por meio da posição contrária do texto verificada entre as páginas (esquerda x direita), e pela inversão do lado das páginas em relação à dupla de páginas consecutivas. Esses dois caminhos criam um efeito de dinamicidade e contraste.

Figura 5



Fonte: *Print screen* do PDF do fotolivro

Nesse momento, partiremos para a discussão das páginas fotográficas, após finalizar a análise dos elementos estruturais anteriores a elas. Como o produto se propõe uma unidade, a diagramação mantém a mesma linha editorial até o fim. Devido à opção por uma estética mais limpa e legível, as fotografias, em sua maioria, não preenchem a página inteira, logo, há sempre espaços em branco contrastando com as imagens.

A escolha por não sangrar a imagem na maior parte das páginas também se tornou essencial visto que possibilitou que a legenda pudesse vir junto à fotografia. Caso ela viesse em uma página separada, haveria muitas folhas com texto entre a sequência de imagens, o que poderia comprometer a ligação mais direta entre legendas e imagens mais próximas, além de interromper e prejudicar a fluidez de leitura das fotografias. No princípio, a ideia era que o produto não apresentasse muitas legendas, porém, houve a necessidade de repensar essa perspectiva, já que muitas fotografias, especialmente as de caráter simbólico ou relativas à uma história particular de um personagem, necessitavam de uma contextualização para o que eu pretendia dizer ou narrar.

Além de uma estética mais limpa, praticamente todas as páginas possuem linhas guias que ajudam no direcionamento do fluxo de leitura das imagens, como nos exemplos abaixo:

Figura 6



Fonte: *Print screen* do PDF do fotolivro

Quando há uma página de foto com legenda, a linha guia sempre vem acompanhada pelo texto, seguindo portanto, a lógica de leitura estabelecida pelo posicionamento da legenda na página, que visa acompanhar o sentido do olhar dos personagens, ou indicar algum elemento importante na fotografia, como pode ser observado nos exemplos abaixo:

Figura 7



Fonte: *Print screen* do PDF do fotolivro

Figura 8



Fonte: *Print screen* do PDF do fotolivro

Por fim, acredito que o aspecto mais importante a se destacar no percurso de construção do fotolivro foi a aprendizagem. A cada versão desenvolvida, novos desafios surgiam, exigindo que se buscasse soluções para eles. A partir disso, o trabalho foi se aperfeiçoando cada vez mais, já que cada revisão passava por uma afinação diferente, sempre visando evoluir. Em termos de estética e unidade do produto, acredito ter chegado à melhor versão dentre todas desenvolvidas, um resultado que, para mim, foi satisfatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta conclusão não poderia ser construída de outra forma senão fazendo uma breve caminhada textual pelo trabalho de campo, cujo destino final é o de contar o que acredito ter sido um dos pontos mais marcantes, bonitos e importantes desse projeto para mim. Portanto, esse “desfecho” em aberto também se configura como uma espécie de diário de bordo, em que descrevo, de forma breve, os procedimentos adotados, minhas percepções, além da experiência pessoal e profissional vividas no asilo. Nesse sentido, o diário de bordo aqui me ajuda a trazer à tona o que mais me tocou durante este trabalho.

Retomando o início do processo de confecção do projeto, o primeiro passo estabelecido para o trabalho prático foi o de fazer uma pré apuração, procurando entender o contexto geral da instituição, através da busca por informações sobre a rotina do asilo e o modo como era gerido. Essa checagem inicial foi realizada por meio de entrevistas com funcionários e membros da direção. A etapa seguinte foi a de estabelecer um contato entre mim e os idosos, de criar uma relação de intimidade e confiança. A princípio, decidi ir ao asilo sem a câmera, pois queria que a aproximação fosse cuidadosa, respeitando o tempo e o espaço dos idosos, bem como o pleno direito deles de consentirem ou não em serem fotografados.

A cada ida ao asilo, o procedimento era o mesmo: logo na chegada, cumprimentava os idosos que encontrava pela frente. Este ato, além de ser uma questão de saudação e polidez, também ajudava a identificar potenciais personagens, através da fala, do olhar, do agir. Inicialmente, como ainda não conhecia cada idoso mais a fundo, essa observação atenta foi muito útil e importante a todo o projeto. Notava que alguns apresentavam uma expressão triste, um olhar longínquo, pareciam insatisfeitos por estarem ali ou até mesmo com alguma questão que os assolava. Outros esboçavam tímidos sorrisos, gesto que aparentemente consentia com uma possível aproximação. Havia ainda aqueles que demonstravam curiosidade diante da minha presença, já que eu era uma pessoa estranha ao convívio deles.

Além do cumprimento, eu geralmente puxava assuntos que remetiam ao cotidiano deles: “Como vai você? Está tudo bem? O que você fez de bom hoje, aqui? Como está sendo seu dia?”. Comecei a reparar que, com alguns idosos, as respostas não eram rápidas e curtas, e isso era muito bom, pois conferia abertura para estabelecer uma relação e certa liberdade para investigar mais a fundo a realidade do asilo e o modo como viviam.

O fato de alguns se mostrarem mais receptivos gerou um material bastante rico para o memorial e também para pensar as fotografias, pois foi possível imergir na intimidade deles,

nos acontecimentos cotidianos, buscando entender não só a identidade daquelas pessoas, mas também as relações que se davam a partir do ambiente em que viviam. Esta conexão foi um fator que influenciou bastante o processo de escolha dos personagens, já que essa permissão para poder seguir me guiava eticamente.

Acabei tendendo a selecionar os idosos que se abriam mais comigo, pois eram eles que, além de conferirem os elementos e pistas necessários para entender tudo aquilo que eu estava presenciando lá dentro, eram pessoas com quem criei um laço de afeto mais profundo. Contudo, além desses fatores, levei em conta outros critérios para a escolha dos personagens, como uma certa peculiaridade no próprio modo de ser, ou também na maneira de se portar diante da câmera, no modo como se relacionavam com o ambiente ao redor, com os objetos, com outros idosos etc. Desde de que serem fotografados não representasse um constrangimento para eles, a partir das reações que esboçavam.

A partir dessas escolhas pude conhecer João Batista, um senhor que constantemente andava de óculos escuros e chapéu e carregava uma bolsa com pertences pessoais. Ele se destacava em meio à maioria por ser uma figura única, com um modo próprio de se vestir, de se identificar e ser identificado. Havia também Geralda, uma senhora que carregava uma boneca da Mônica (personagem dos quadrinhos de Maurício de Souza) no colo, a quem chamava de “Hélio” e afirmava convictamente ser seu filho. São personagens que enriqueceram a narrativa, que conferiram profundidade e sensibilidade a ela, a meu ver. Recordo-me também de um casal, Maria e Antônio, que segundo as funcionárias da instituição, tiveram uma cerimônia de casamento de “mentirinha” no asilo, mas permaneciam juntos durante boa parte do dia, como se realmente fossem casados. Retratar essas pessoas é uma forma de discutir o afeto na fotografia, de conferir uma dimensão poética e humanizada à narrativa. Também é uma maneira de colocar em pauta um certo enfrentamento de uma visão estigmatizante, que quase sempre mostra o asilo como um espaço onde há somente histórias tristes.

A meu ver, um dos pontos mais caros a esse trabalho, ao menos para mim, foi o vínculo e a conexão estabelecidos com os idosos. Com o passar do tempo, eu deixei de ser uma pessoa estranha naquele ambiente, e passei a fazer parte do cotidiano deles. E eles, do meu. Nós nos acostumamos com a presença uns dos outros. Muitas vezes, quando eu chegava ao asilo, alguns idosos me viam e automaticamente iam até mim para conversar, ao contrário do que ocorria no início, quando a iniciativa era somente minha, na maioria das vezes. Nas idas a campo, eu tentava falar com todos, mas nem sempre era possível, devido ao tempo que dispunha e também ao grande número de idosos que a instituição abrigava. No entanto, os que eu não conseguia

conversar, geralmente cobravam a minha atenção. Também houve algumas vezes em que não pude ir ao asilo e alguns vieram até mim, para perguntar o motivo de minha ausência. Chegou um ponto em que eu não me enxergava mais apenas como uma estudante de jornalismo que estava no asilo para propósitos acadêmicos. Foi muito mais que isso. Criou-se uma amizade, uma relação que passou a ser do meu convívio pessoal. O trabalho atingiu uma esfera muito mais íntima do que eu poderia imaginar. E isso foi, ao mesmo tempo, muito bom e ruim para esta experiência de aprendizagem.

Considero ruim, pois com o envolvimento pessoal tendemos a “tomar as dores”, a querer modificar algo que não somos capazes de mudar, nesse caso específico, refiro-me à realidade do asilo. Apesar de haver histórias na instituição que iam de encontro aos estigmas impostos aos asilos, a situação dos idosos me sensibilizava devido à falta de uma infraestrutura adequada do ambiente, à ausência de mais atividades para ocupar o tempo, ao isolamento do mundo externo, à prostração, ao abandono, às restrições na rotina. Realidade que convivia com o cuidado e afetos positivos presentes. E o que eu podia fazer em relação a isso? Não muito. A única atitude ao meu alcance era poder contar uma história e isso muitas vezes me causava uma sensação de impotência, de frustração, diante do quanto eu havia sido mobilizada pela intimidade construída com eles.

Chegou a um ponto, portanto, em que ficou quase impossível para mim, separar o lado pessoal do profissional ou acadêmico. E isso ficava cada vez mais evidente nas minhas visitas, através do convívio, da maneira como me recebiam, do jeito que deixavam aproximar, tanto de suas histórias, quanto fisicamente, para fotografar. O fato de não conseguir manter certa distância trouxe implicações para o andamento de todo o trabalho. Eu demorei muito mais tempo para desenvolvê-lo. Chegou um momento em que eu levava a câmera, mas tirava apenas uma ou duas fotos ao dia. Assim que eu chegava ao asilo, os idosos me chamavam para conversar, e era isso que eu costumava fazer durante todo o tempo em que eu ficava lá: conversar, ao invés de fotografar. Por mais próxima que eu fosse a eles, eu sentia um bloqueio, uma hesitação em apontar-lhes a câmera, um desconforto. Não sei precisar exatamente o porquê, mas preciso confessar que esse sentimento me ocorreu em diversos momentos.

Passei a sentir o peso da responsabilidade de fotografar essas pessoas próximas. De repente, para mim passou a ser muito mais fácil apontar a câmera para quem não conhecia, do que para uma pessoa conhecida, com certa intimidade. O compromisso ético com o outro é o mesmo em ambos os casos, mas a cobrança pessoal ao retratar a história desse tipo de personagem é naturalmente maior quando há proximidade, pois a relação acaba por transcender

a esfera técnica, conceitual, metodológica. Ela ganha contornos mais subjetivos, gerando uma relação complexa, densa, profunda, com inúmeras variáveis, o que só faz aumentar a sensação de responsabilidade com o outro. Quando há envolvimento com alguma história, acaba sendo inevitável passar por esse dilema. Mas no fim das contas, apesar de duro, isso é bonito de se sentir, pois significa que o trabalho conseguiu te tocar, mexer com você. Significa que houve um “mergulho” em todo o processo e que todas essas vivências serão levadas para o resto da vida.

Encontro. Essa é a palavra que define e resume exatamente tudo que vivi no asilo. Essa experiência foi um verdadeiro encontro com o outro, comigo mesma, com a nossa própria condição enquanto seres humanos. Foi um processo que fez eu me conhecer ao descobrir o outro, que me ensinou a lidar com quem é diferente de mim, com quem vive uma realidade completamente distinta a minha. Foi uma verdadeira aula que a vida me deu sobre jornalismo e que o jornalismo me deu sobre a vida e seus afetos. Enfim, foi uma prática que me ensinou a viver.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cláudia Lysia de Oliveira; SOUZA, Luciana Aparecida de; FARO, Ana Cristina Mancussi. Trajetória das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **História da Enfermagem: Revista Eletrônica**, v. 1, p. 250-262, 2010. Disponível em: <http://www.here.abennacional.org.br/here/n2vol1ano1_artigo3.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2017.

AVANCINI, Atílio José. Fotorjornalismo, a ética em questão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38, 2015, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: INTERCOM, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/busca.htm?query=Avancini>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

BADGER, Gerry. Por que fotolivros são importantes. **Revista de Fotografia Zum**, v.8, 2015. Disponível em: < <https://revistazum.com.br/revista-zum-8/fotolivros/>>. Acesso em: 29 ago. 2018

BARCELOS, Janaina Dias. Por um fotojornalismo que respeite a dignidade humana: a dimensão ética como questão fundamental na contemporaneidade. **Discursos Fotográficos**, v. 10, p. 111-134, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/14220>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

BENELLI, SJ. Goffman e as instituições totais em análise. In: A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des) educativas. São Paulo: Editora UNESP, 2014. Disponível em:<<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BENTES, Ana Cláudia Oliveira; MACIEL, Carlos Alberto Batista; PEDROSO, Janari da Silva. O idoso nas Instituições de longa permanência: uma revisão bibliográfica. **Aletheia**, v. 9, p. 196-205, 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n38-39/n38-39a16.pdf>> Acesso em: 9 jul. 2017.

BONI, Paulo César. O nascimento do fotodocumentarismo de denúncia social e seu uso como “meio” para transformações na sociedade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31, 2008, Natal. Anais eletrônicos...Natal: INTERCOM, 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0475-1.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

BRASIL. Anvisa. Resolução da Diretoria Colegiada nº 283, de 26 de setembro de 2005. Regulamento Técnico para o funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos- Diário Oficial da União. Brasília, 2005. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_283_2005_COMP.pdf/a38f2055-c23a-4eca-94ed-76fa43acb1df. Acesso em: 7 jul. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2017

BRASIL. Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03leis/18842.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 24 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em:

BRASIL. Ministério da Previdência Social. Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC). [S.l.]: MPS, 2017. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/beneficio-assistencial-bpc-loas/>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Balanço Anual da ouvidoria nacional de Direitos Humanos. Brasília: SDH, 2016. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/janeiro/CARTILHADIGITALBALANODODISQUE1002015.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Cuidados de Longa Duração para a População Idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/livros/livro_cuidados.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2017.

CAMARGO, Isaac Antonio. Ética, imagem e fotografia na mídia informativa impressa. **Discursos Fotográficos**, v. 8, p.161-193, 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/11931/10501>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

CAMPANHA. In: DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em:<<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=campanha>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

CASTRO, Mariana Araújo; SANTOS, Ana Carolina Lima. Tendências da Fotografia Contemporânea: a metalinguagem como mola propulsora da reflexão e da reinvenção das formas fotográficas. Mariana: 2016. Não publicado.

CÓL, Ana Flávia Sípoli; BONI, Paulo César. A insustentável leveza do clique. **Discursos Fotográficos**, v.1, p. 24-56, 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1465>> Acesso em: 5 ago. 2017.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relatório de Inspeção a Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Brasília: CFP, 2008. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/relatorio_ilpis_a5.pdf> Acesso em: 12 jun. 2017.

CORDEIRO, Leando; FAVARO, Julia; OLIVEIRA, Ema; RAMOS, Igor Arendt; RELL, Giovanna. Congada Ferreira. **Issuu**, 2018. Disponível em: <https://issuu.com/juliafavaros/docs/congada_ferreira>. Acesso em: 29 set. 2018.

CÔRTE, Beltrina; XIMENES, Maria Amélia. A instituição asilar e seus fazeres cotidianos: um estudo de caso. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 11, p. 29-52, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4811>> Acesso em: 22 abr. 2017.

COSTA, Maria Carla N. S.; MERCADANTE, Elizabeth Frohlich. O Idoso residente em ILPI (Instituição de Longa Permanência do Idoso) e o que isso representa para o sujeito idoso. *Revista Kairós Gerontologia*, v. 16, p. 209-222, 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/search/search?simpleQuery=+O+Idoso+residente+em+ILPI+%28Institui%C3%A7%C3%A3o+de+Longa+Perman%C3%Aancia+do+Idoso%29+e+o+que+isso+representa+para+o+sujeito+idoso&searchField=query>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

DEOLINDO, Jacqueline da Silva; LOVISOLO, Hugo R. Ética jornalística no Brasil: o ideal, o real e os desvios no percurso. **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**, 2008. Disponível em: <<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/anuario/article/view/747>>. Acesso em 15 de out. 2017.

ESCORSIM, Silvana Maria. A filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social. **Revista Espaço Acadêmico**, v.8, 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/086/86escorsim.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

FABRIS, Annateresa. Discutindo a imagem fotográfica. **Domínios da Imagem**, v. 1, p. 31-41, 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/19252>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (BRASIL). **Código de ética dos jornalistas**: resolução CNE nº 04/03. Vitória: FENAJ, 2007. Disponível em:

<http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2017.

FERNÁNDEZ, Horacio. **Fotolivros latino-americanos**. Tradução de Gênese Andrade. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

FILIZZOLA, Mário. **A velhice no Brasil**: etarismo e civilização. 1. ed. Rio de Janeiro: cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1972.

FIÚZA, Beatriz Cunha; PARENTE, Cristiana. O conceito de ensaio fotográfico. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 4, n. 4, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1511/1257>>. Acesso em: 3 dez 2017.

G1. Brasil fica em 56º em ranking mundial dos melhores países para idosos: Melhor país do mundo para idosos viverem é Suíça, seguido por Noruega. Estudo avaliou o bem-estar social e econômico dos idosos em 96 países. G1, São Paulo, 9 set. 2015. Mundo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/brasil-fica-em-56-em-ranking-mundial-dos-melhores-paises-para-idosos.html>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

GROISMAN, Daniel. Duas abordagens aos asilos de velhos: da clínica Santa Genoveva à história da institucionalização da velhice. **Cadernos Pagu**, v. 7, p. 161-190, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635289>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HELPAGE INTERNATIONAL. Global Age Watch Index 2015: Insight report. [S.l]: HELPAGE, 2015. Disponível em: <<http://www.helpage.org/global-agemwatch/>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Brasil: Uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97884.pdf>> Acesso em: 17 de set. 2017

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Condições de funcionamento e infraestrutura das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. [S.l]: IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8571>. Acesso em: 27 abr. 2017.

ISAIAS, Gabriela. Nesse Canto do Mundo. **Issuu**, 2018. Disponível em: <https://issuu.com/gabrielaisaias/docs/fotolivro_p_gina_un.compressed>. Acesso em: 29 set. 2018

JUSTO, José Sterza; ROZENDO, Adriano da Silva. Institucionalização da velhice e regressão: um olhar psicanalítico sobre os asilos de velhos. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 15, p. 25-51, 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/download/17078/12682>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

KARAM, Francisco José Castilhos. Jornalismo e Ética no século XXI. Anuário Unesco/Methodista de comunicação regional, v. 13, n. 13, 2009. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/AUM/article/view/2185/2111>> Acesso em: 1 fev. 2018.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na Trama Fotográfica**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LEME, Fábio Ferraz de Arruda. **O Direito de Imagem e suas limitações**. [S.l]: Notícias, 2011. Disponível em: <<https://por-leitores.jusbrasil.com.br/noticias/2995368/o-direito-de-imagem-e-suas-limitacoes>>. Acesso em: 24. Jul. 2017.

LIMA, Cláudia Regina Vieira. **Políticas públicas para idosos: A Realidade das Instituições de Longa Permanência no Distrito Federal**. 2011. 118f. Monografia (Especialização)- Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento da Câmara dos Deputados, Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento da Câmara dos Deputados, Brasília, 2011. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6005/politica_idosos_lima.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 jun. 2017.

MARCHESAN, Eduardo. Fui pra Cuba. **Issuu**, 2015. Disponível em: <<https://issuu.com/eduardomarchesan/docs/10>>. Acesso em: 29 set. 2018

MARTINS, Luísa. Brasil fica em 75º no ranking do IDH, atrás do Sri Lanka: Lista das Nações Unidas tem 188 países e leva em consideração dados de expectativa de vida, tempo de escolaridade e renda. **Estadão**, Brasília, 14 dez. 2015. Brasil. Disponível em <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-fica-em-75-no-ranking-do-idh--atras-do-sri-lanka,10000004754>> Acesso em: 20 abr. 2017.

MAYA, Eduardo Ewald. Nos passos da história: o surgimento da fotografia na civilização da imagem. **Discursos Fotográficos**, v. 4, p. 103-129, 2008. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1928>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

OLIVEIRA, Erivam Moraes de; VICENTINI, Ari. **Fotojornalismo: Uma viagem entre o analógico e o digital**. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Como é feito o cálculo do IDH?** [S.l]: Geografia Geral, 2017. Disponível em: <<http://brasilescola.uol.com.br/geografia/desenvolvimento-humano.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

PEREIRA, Marta. **Estatuto do Idoso**. Disponível em: < [S.l]: Direito do idoso, 2016. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/46148/estatuto-do-idoso>>. Acesso em: 2 mai. 2017.

QUEIROZ, Gleicimara Araújo. **Qualidade de vida em instituições de longa permanência para idosos: considerações a partir de um modelo alternativo de assistência**. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/ppgpsi/Publicacoes/Dissertacoes/GLEICIMAR A%20ARAUJO%20QUEIROZ.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2017.

ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

ROZENDO, Adriano da Silva; JUSTO, José Sterza. Velhice e Terceira Idade: tempo, espaço e subjetividade. **Revista Kairós**, v. 14, p. 143-159, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/126922>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

SILVA, Lindinei Rocha; DA SILVA, Andrea Targino. **A inscrição do ensaio nos gêneros literários**. Disponível em: <http://perseu.unig2001.com.br/cadernosdafael/ARTIGO%20CADERNOS%208%20LINDINEI.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. **Instituição de Longa Permanência para Idosos: manual de funcionamento**. São Paulo: SBGG, 2001. Disponível em:< <https://pt.scribd.com/doc/74303807/ManualSBGG>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

STASIAK, Daiana. Sociedade midiaticizada e convergência tecnológica: as afetações do Campo dos media na contemporaneidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 12, 2010, Goiânia. Anais eletrônicos... Goiânia: INTERCOM, 2010. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0190-1.pdf>> Acesso em: 1 ago. 2017.

TRAVASSOS, Lorena Christina Barros. **Molduras fotojornalísticas da Magnum: ensaios audiovisuais de guerra e de rituais de fé**. 2014. 102f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_0c0458023500f164f87cf0c0ae943833>. Acesso em: 10 jan. 2018.

UCHOA II, Alan. Escafandro: A engenharia fantástica dos medos e dos sonhos. **Issuu**, 2015.
Disponível em: <https://issuu.com/alanuchoaii/docs/escafandro_a_engenharia_fant__stica>.
Acesso em: 29 set. 2018

Certifico que a aluna **Mariana Araújo de Castro**, autor do trabalho de conclusão de curso intitulado “**Além dos Muros: Um olhar sobre as vivências no asilo Dr. Carlos Romeiro**”, efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



Prof. André Luís Carvalho
Orientador

Mariana, 16 de agosto de 2019.